



Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Geografia

Mestrado em População e Desenvolvimento

A percepção da Segurança Alimentar dos agregados familiares no Município de Maxixe, Inhambane.

Célia Marília da Conceição

Maputo, Dezembro de 2023



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

MESTRADO EM POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A percepção da Segurança Alimentar dos agregados familiares no Município de Maxixe, Inhambane.

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Mestre em População e Desenvolvimento da Universidade Eduardo Mondlane

Candidato: Célia Marília da Conceição

Orientador: Doutor Ezequiel Alfeu Abrahamo

Maputo, Dezembro de 2023

A percepção da Segurança Alimentar dos agregados familiares no Município de Maxixe, Inhambane.

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Mestre em
População e Desenvolvimento da Universidade Eduardo Mondlane

Doutor Ezequiel Alfeu Abrahamo

Orientador

Prof.^a Doutora Inês M.Raimundo

Arguente

Prof. Doutor Ramos Muanamoha

Presidente do Júri

“Existem $\frac{2}{3}$ de pessoas que não dormem porque sentem fome,
e $\frac{1}{3}$ de pessoas que não dormem por medo dos que sentem fome”

Josué de Castro

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Declaro que esta dissertação de mestrado não foi apresentada em nenhuma outra instituição para obtenção de qualquer grau académico ou num outro âmbito e que ela constitui resultado do meu trabalho individual. Esta dissertação é apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em População e Desenvolvimento, da Universidade Eduardo Mondlane.

Célia Marília da Conceição

Maputo, Dezembro de 2023

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos (Alessandro & Lirando),

pelos quais qualquer sacrificio vale muito a pena!

AGRADECIMENTOS

À minha família (Lazaro Come, Alessandro e Lirando), pelo inestimável apoio e afecto dados durante todo o percurso ao longo do curso e pela compreensão nos momentos em que este trabalho nos furtou o convívio.

Ao meu orientador, Doutor Ezequiel Alfeu Abrahão, pelos conselhos e por de forma competente e sábia, ter orientado o desenvolvimento deste estudo e me ter emprestado um pouco do seu saber nas matérias relacionadas a Segurança Alimentar no geral e nas áreas urbanas em particular.

Agradeço igualmente a coordenação do projecto SIDA SAREC 1.2.2. na pessoa da Professora Doutora Inês Raimundo, pela concessão da bolsa de estudos que cobriu as despesas do mestrado e pelo incentivo a participar de fóruns com actores reputados na área investigativa de Segurança Alimentar.

Os meus agradecimentos são extensivos a Direcção do Curso de Mestrado em População e Desenvolvimento pela sábia coordenação e compreensão principalmente, no momento adverso imposto pela COVID-19.

Ào Conselho Municipal da Cidade da Maxixe e aos agregados familiares que acreditaram na pertinência deste estudo e participaram activamente, fornecendo informações necessárias para a composição do mesmo, vão os nossos inestimáveis agradecimentos;

À equipa de inquiridoras (Maria, Gina, Minésia, Solinda e Nelson), que com a sua experiência, zelo e dedicação, executaram exemplarmente as tarefas que lhes foram confiadas, muito obrigada.

O meu obrigada, vai também aos meus colegas de turma, pelas discussões informais e incansáveis nesta jornada de busca pelo saber.

Por fim, agradeço a direcção máxima da Delegação Provincial do Instituto Nacional de Estatística de Inhambane (Delegada Janeth Nilce Xavier Humor Migano), pelo apoio incondicional e incentivo a buscar continuamente o saber.

LISTA DE ABREVIATURAS/ACRÓNIMOS

AE – Área de Enumeração

AF - Agregado Familiar ou Agregados Familiares

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

EBIA- Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

ESAN – Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional

FAO – Fundo das Nações Unidas para a Alimentação

FDC – Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade

HHDS – Household Dietary Diversity Score

HFIAP - Household Food Insecurity Access Prevalence

HFIAS -Household Food Insecurity Access Scale

IAL- Insegurança Alimentar Leve

IAM- Insegurança Alimentar Moderada

IAG- Insegurança Alimentar Grave

INE – Instituto Nacional de Estatística

IOF- Inquérito Sobre Orçamento Familiar

IPC-Integrated Food Security Phase Classification

InSA – Insegurança Alimentar

IV RGPH de 2017 – IV Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017

MISAU – Ministério da Saúde

PARPA - Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta

SA - Segurança Alimentar

SAN- Segurança Alimentar e Nutricional

SETSAN – Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional

SPSS- Statistical Package for Social Science

USDA-United States Department of Agriculture

WFP-World Food Programme

RESUMO

A segurança alimentar constitui um dos direitos básicos da humanidade e pressupõe, de acordo com a FAO, o acesso a alimentos seguros e de qualidade e em quantidade suficientes e de forma permanente, sem comprometer o acesso a outras necessidades e com base em boas práticas alimentares saudáveis. Com o objectivo de analisar a percepção da Segurança Alimentar bem como, os factores que determinam a prevalência de insegurança alimentar dos agregados familiares na Cidade da Maxixe e tomando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), foi realizado um inquérito por amostragem a 420 AF de diferentes bairros da cidade. Dos AF seleccionados, 57% são chefiados por homens e tem em média 4.1 membros. 68.3% possuem membros menores de 18 anos. Apenas 34,1% dos AF vivem em segurança alimentar e entre os que experimentam a insegurança alimentar, 25,7% referem comprometimento qualitativo da sua dieta alimentar por limitações da renda (IAL) e outros 40,2% tem restrições quantitativas de alimentos, tanto em AF com menores quanto nos sem menores de 18 anos. Para mostrar a situação de iniquidades sociais entre os AF, foram relacionados alguns indicadores sociais e ou condições de vida com o estado de SAN/InSAN, mostrando assim as variáveis que mais se associam a InSAN. Os chefes de AF com maiores rendimentos mensais e com maiores níveis de escolarização concluídos estão em melhores condições de SAN, assim como os que possuem menor número de membros. Já o sexo do chefe e a idade, não se mostraram associados à situação de InSAN.

Palavras-chave: Agregado Familiar, Segurança Alimentar, Insegurança Alimentar, Percepção.

ABSTRACT

Food security is one of the basic rights of humanity and presupposes, according to the FAO, access to safe and quality food in sufficient quantity and on a permanent basis, without compromising access to other needs and based on good healthy eating practices. In order to analyze the perception of Food Security as well as the factors that determine the prevalence of food insecurity in households in the Maxixe city and taking the EBIA, a sample survey was conducted at 420 household of different neighborhoods. Of the selected household, 57% are headed by men and have an average of 4.1 members. 68.3% have members under 18 years. Only 34.1% of the household live in food security and among those who experience food insecurity, 25.7% report qualitative impairment of their diet due to income limitations and another 40.2% have quantitative food restrictions, in household with minors and in those without children under 18 years. To show the situation of social inequities among the household, some social indicators and or living conditions were related to the state of food security, thus showing the variables that are most associated with food insecurity. The heads of household with higher monthly income and higher levels of schooling completed are in better SAN conditions, as well as those with fewer members. Already the sex of the householder and age, were not associated with the situation of food insecurity.

Keywords: Household, Food Security, Food Insecurity, Perception.

Índice

DECLARAÇÃO DE AUTORIA	v
DEDICATÓRIA	vi
AGRADECIMENTOS	vii
LISTA DE ABREVIATURAS/ACRÓNIMOS	viii
RESUMO	ix
ABSTRACT.....	14
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	15
1. Apresentação do trabalho	15
1.1. Problema da pesquisa.....	17
CAPÍTULO II: METODOLOGIA E DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	22
2.1.1. Desenho de Amostragem para o Estudo e critérios de selecção	23
2.2. Indicadores usados	28
2.2.1. Pontuação do Consumo Alimentar (FCS).....	29
2.2.2. Perfil socioeconómico e demográfico.....	30
2.2.3. Delimitação da área de estudo	30
CAPÍTULO III. REVISÃO DA LITERATURA.....	33
3.1. Abordagens conceituais sobre Segurança Alimentar e Nutricional.....	33
3.2. Visão geral da Segurança Alimentar no mundo	38
3.3. Segurança alimentar em Moçambique.....	41
CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	43
4.1. Caracterização do grupo de pesquisa	43
4.3. Níveis de Segurança e Insegurança Alimentar nos agregados familiares da Cidade da Maxixe, 2023	45
4.4. Perfil de consumo alimentar nos Agregados Familiares da Cidade da Maxixe.	50

Insegurança Alimentar, como um indicador para medir a iniquidade entre os Agregados Familiares na cidade da Maxixe.	59
CONCLUSÃO	66
Referências consultadas	68
ANEXOS	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1: Distribuição da amostra da Cidade de Maxixe	25
Quadro 2.2. Classificação do estágio da segurança alimentar nos Agregados Familiares, segundo categorias estabelecidas pela EBIA	28
Quadro 4.1. Distribuição percentual dos agregados familiares, por sexo do chefe, segundo grupos de idade Cidade da Maxixe, 2023.	44
Quadro 4.3.1 Classificação do estágio de Segurança Alimentar, segundo categorias estabelecidas pela EBIA.....	45
Quadro 4.3.2 Distribuição dos Agregados Familiares por grupos e níveis de Segurança/Insegurança alimentar, de acordo com a EBIA.....	46
Quadro 4.3.3. Variedade de alimentos nos AF, nos últimos 3 meses, Maxixe, 2023	48
Quadro 4.4.1 Características de consumo diário de alimentos pelo informante da família, apresentadas segundo categorias de segurança/insegurança alimentar, Maxixe, 2023.....	55
Quadro 4.6. Proporções de AF que realizam as 3 principais refeições do dia por categoria de segurança/insegurança alimentar, Cidade da Maxixe, 2023.	57
Quadro 4.7. Distribuição percentual de agregados familiares por percepção em relação à situação económica do agregado familiar há um ano, segundo área de residência	58
Quadro 4.8. Composição do agregado familiar, por categoria de segurança/insegurança alimentar, Maxixe, 2023.....	61
Quadro 4.9 Distribuição percentual dos AF por sexo do chefe do agregado familiar, segundo níveis de InSAN	62
Quadro 4.10 Distribuição percentual dos AF por níveis de escolaridade, segundo níveis de InSAN.....	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1. Perspectivas mais recentes sobre Segurança Alimentar e Nutricional no mundo	39
Gráfico 3.2: Número de pessoas em situação de Insegurança Alimentar aguda nas diferentes regiões do mundo em desenvolvimento, 2022.....	40
Gráfico 3.3. Índice Global da Fome (IGF). 2007- 2022	41
Gráfico 4.1. Distribuição percentual dos agregados familiares, por sexo do chefe, Cidade da Maxixe, 2023	43
Gráfico 4.2. Distribuição percentual de chefes dos Agregados Familiares, por ramos de actividade. Maxixe, 2023.....	44
Gráfico 4.3.1. Frequência de respostas positivas às questões da escala EBIA. Maxixe, 2023. 47	
Gráfico 4.3.2. Tempo médio para o acesso a alguns serviços básicos, Maxixe 2023	49
Gráfico 4.3.3. Distribuição percentual de agregados familiares, por fonte de água para beber. 50	
Gráfico 4.4.1. Gradiente da Insegurança Alimentar, Cidade da Maxixe, 2023.....	52
Gráfico 4.9. Distribuição percentual de agregados familiares, por opinião em relação a qualidade da alimentação consumida no último mês, Cidade da Maxixe, 2023.	58
Gráfico 4.10. Percentagem de agregados familiares que tiveram problemas de alimentação nos 12 meses anteriores à entrevista.....	59

Índice de figuras

Mapa 2.1. Divisão administrativa da Cidade da Maxixe.....	31
Figura 3.1: Abordagens conceituais sobre segurança alimentar e nutricional: os quatro Pilares da Segurança alimentar	36

Índice de tabelas

Tabela 2.1: Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) com 14 questões para medida da percepção da segurança alimentar nos Agregados Familiares	27
--	----

CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO

1. Apresentação do trabalho

Apesar do crescimento económico que se assiste em muitos países, desde a década de 80, uma proporção substancial da população global continua a sofrer de insegurança alimentar, e se encontra distante do alcance do Objectivo de Desenvolvimento Sustentável número 2 que prevê: a erradicação da fome e a garantia do acesso de todas as pessoas, em particular as mais pobres e em situação de vulnerabilidade, a uma alimentação de qualidade nutritiva e suficiente durante todo o ano, até 2030.

Dados estatísticos da FAO sugerem que, em 2021, 828 milhões de pessoas foram afectadas pela fome globalmente, um aumento de cerca de 46 milhões, se comparado ao ano 2020, o ano em que as medidas do COVID-19, afectaram a segurança alimentar. A insegurança alimentar aguda por seu turno, continua a aumentar e o Relatório Global de 2022, sobre crises alimentares, alerta que, 193 milhões de pessoas estavam a enfrentar uma crise ou pior em 53 países, incluindo Moçambique, em 2021.

As projecções de 2021 baseadas no Índice Global da Fome mostravam que o mundo como um todo e 47 países em particular, incluindo Moçambique, não conseguirão cumprir as suas metas de Fome Zero até 2030 devido a conflitos, alterações climáticas e pandemia COVID-19 (Smith& Delgado, 2021: 3).

Este problema é agravado nos países menos desenvolvidos, onde o consumo de alimentos é maior do que a sua produção (FAO, 2009), onde o efeito da desnutrição está feminilizado, pressupondo-se que mulheres cujo próprio crescimento foi prejudicado pela desnutrição, têm maior risco de dar à luz crianças com baixo peso. Portanto, os problemas da saúde materna e da insegurança alimentar estão interligados. (Unicef, 2023)

Embora se verifique uma tendência crescente de estudos sobre a temática de Insegurança Alimentar Urbana, esta questão ainda merece uma atenção especial em Moçambique. Com efeito, o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar realizou, em 2021, um “Estudo remoto de Base de Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique” no qual enfatiza a questão de Insegurança Alimentar assim como os principais choques para a SAN, enfrentados pelos Agregados Familiares das Cidades capitais provinciais de Moçambique e outras cidades estratégicas, como foi o caso da Cidade da Maxixe.

Abrahamo (2015), realizou uma análise comparativa da tendência de Insegurança Alimentar na Cidade de Maputo, tendo como base os resultados de um estudo realizado pela AFSUN em 2008 na mesma Cidade. Contudo, estudos levados a cabo sobre Moçambique por Alderman (1990), Alderman e Higgins (1992), e Blau, Guilkey, e Popkin (1996) cuja preocupação era a questão da segurança alimentar ou estado nutricional nas áreas rurais e urbanas, não exploraram com profundidade a questão das diferenças entre os factores que determinam a segurança alimentar e nutricional nas áreas urbanas e rurais, e quais as tendências e implicações dessas diferenças para a concepção e implementação de programas de alimentação e nutrição. (Garrett e Ruel, 1999 citado por Abrahamo, 2015)

No prisma meteorológico, Moçambique foi o país mais afectado, a nível mundial, pelo impacto de eventos meteorológicos extremos, em 2019. E apesar de o País contribuir com apenas 0,1 - 0,2% para as emissões globais, Moçambique é o 38º país mais vulnerável e o 13º menos preparado para enfrentar os efeitos das alterações climáticas. (WFP, 2019)

Importa referir que uma grande proporção de insegurança alimentar observada, pode ser transitória, ou seja, o bem-estar de uma parcela substancial da população pode variar entre a probabilidade de estar acima do limite de segurança alimentar tendo, contudo, a probabilidade de regredir em períodos subsequentes. Por essa razão, Capaldo et al. (2010) referem a necessidade de intervenções voltadas para a redução da vulnerabilidade e desta forma, aumentar a eficiência das medidas políticas face a este problema.

Na Cidade de Maxixe perto de 50% da população, está vulnerável a algum estresse alimentar, podendo ser transitório. A seca e as cheias em períodos chuvosos, associados aos preços dos produtos que são na sua maioria importados, têm impactado directamente a vida da população local (SETSAN, 2021). Por isso, achou-se pertinente levar a cabo um estudo que permitisse escrutinar a percepção dos agregados familiares sobre o seu estado de SAN e os factores que determinam a sua vulnerabilidade face a insegurança alimentar.

A presente dissertação está estruturada em cinco capítulos, sendo o primeiro, o de introdução, onde se fez a apresentação do tema, objectivos preconizados e questões cujas respostas ajudaram a responder ao problema da pesquisa, bem como a sua pertinência. A metodologia usada bem como a delimitação da área de estudo, foram apresentadas no segundo capítulo. O terceiro capítulo foi dedicado a revisão bibliográfica que ajudou a fundamentar as ideias expostas pela autora deste trabalho. O quarto capítulo, dedicou-se a apresentação dos

resultados obtidos no campo, desde as características socioeconómicas do Agregado Familiar que podem contribuir para um estado de SAN ou InSAN. Discutiu-se ainda os níveis de SA e InSAN entre os AF da Cidade da Maxixe, o padrão de consumo alimentar, definindo características da qualidade dietética e as iniquidades dos agregados familiares relacionados ao nível de SA. No último capítulo, foram apresentadas as conclusões que, embora não haja intenção de torna-las definitivas, sumarizam os principais aspectos destacados na análise e interpretação da percepção da Segurança alimentar, na Cidade da Maxixe.

As referências bibliográficas consultadas para a fundamentação das questões metodológicas e elaboração de argumentos apresentados ao longo do texto foram apresentadas depois das conclusões. Finalmente, são apresentados os anexos contendo informações complementares que possam ser úteis para a compreensão do conteúdo dos resultados e das metodologias que orientaram a pesquisa.

1.1.Problema da pesquisa

As projecções da população indicam que até 2030, haverá cerca de 2.5 bilhões a mais de pessoas a viver nas cidades, especialmente em países em desenvolvimento dos continentes africano e asiático. Com o avançar da urbanização, problemas como a pobreza e a insegurança alimentar que são vistos como problemas rurais, passaram a ser problemas urbanos, muitas vezes derivados do fraco acesso a renda, que se mostra imprescindível à segurança alimentar, principalmente, nas zonas urbanas pois, fragiliza a população mais pobre e sobretudo as mulheres que muitas vezes dependem de empregos informais para a provisão da família e ainda assim, comprometer mais de 50% dessa renda com a compra de alimentos.

Estas mudanças demográficas, sociais, políticas e económicas, têm ameaçado a continuidade dos progressos em segurança alimentar, surgidos, também, da proclamação dos anos 2016 a 2025, como sendo a década de acção em nutrição das Nações unidas. Havendo assim a necessidade de se criar investimentos que possam transformar os ambientes alimentares por forma a ampliar o acesso a dietas saudáveis e preços compatíveis a renda da maior parte da população.

A sociedade actual enfrenta problemas derivados, em grande parte, do agravamento de uma crise social, económica e/ou política e ambiental, que tem afectado países de todos os continentes, com destaque para a África Subsaariana. No cerne destas questões, a fome e a

miséria tomam proporções preocupantes uma vez que, actualmente mais da metade da população mundial sofre de algum tipo de problema de nutrição, seja por deficiência ou por excesso alimentar. (LE BIHAN et al, 2002. p.23).

Apesar de os debates sobre SA ao nível das instituições em Moçambique continuarem ténues, O SETSAN (2021) efectuou pela primeira vez a análise de IPC de forma remota, em 12 principais cidades do país, por forma a avaliar as vulnerabilidades específicas dos AF urbanos. Do estudo feito, constatou-se que, apenas 30% dos AF na Cidade da Maxixe, maior centro urbano da Província de Inhambane, estavam em segurança alimentar, a maioria (50%) encontrava-se em stress, e os 20% remanescentes subdividiam-se entre a crise e a emergência.

Apesar de Maxixe ser uma área urbana, pelas suas características, parte considerável dos AF também tem na agricultura a sua base de sustento, por isso, choques relacionados a mudanças climáticas são os que mais se fazem sentir na área escolhida para o estudo. A seca, tem sido o principal condicionante para a SA. Cerca de 13% dos AF tiveram de acordo com o SETSAN (2021) a seca como principal choque, a segunda maior percentagem nacional, depois de Xai Xai, com 15%.

Relativamente a disponibilidade de alimentos, Sem (1981) introduziu a ideia de que, a InSAN constitui uma característica de indivíduos sem recursos suficientes para garantir e assegurar a sua alimentação e não uma consequência da falta de alimentos, colocando assim o acesso como o factor mais importante para a SA, porém, as baixas reservas alimentares podem constituir um nó de estrangulamento para os AF, principalmente os mais carenciados.

A Cidade da Maxixe, assim como todas as cidades capitais da zona sul de Moçambique, possuem as reservas mais baixas onde, apenas 1% dos AF tem reserva de alimentos para mais de 1 mês. 8% tem reservas para menos de 1 mês e 7% entre 1 a 3 meses. Portanto, a disponibilidade ainda continua sendo um desafio para a SA de alguns AF na Cidade da Maxixe.(SETSAN, 2021)

Com uma das contribuições mais baixas para o PIB nacional, a província de Inhambane é uma das mais pobres do país. Esta pobreza, pode levar ao debate sobre a incapacidade financeira aliada a negligência de alguns programas de geração de comida pelas cidades em detrimento das áreas rurais e a inflação de preços dos principais produtos que compõem o cabaz, o acesso aos alimentos pode estar limitado aos AF, apesar da disponibilidade quase que constante para a grande maioria dos AF.

Outrossim, a disponibilidade de grande parte dos produtos alimentares na Cidade da Maxixe depende das importações, o que tal como em outros países, dificulta determinar ou assegurar a qualidade do produto ao mesmo tempo que, dada a distância entre o local de produção e de consumo, o custo de transporte encarece o preço do produto final adquirido pelos AF.

O debate sobre o conceito de SA é no entender de Crow (1997) multidisciplinar e Abrahamo (2021), apoiando-se em Bongaarts (1990 e Ehrliche P e Ehrlich A(1990) anotam que o debate (começa com a preocupação ecológica da pressão populacional e capacidade da terra de alimentar o planeta; esse debate alerta sobre os cenários do crescimento descontrolado da população e o consumo dos recursos da terra” portanto, na perspectiva de SA, só pode ser mantida numa sociedade sustentável que atenda e encontre equilíbrio das necessidades da população humana e capacidade da terra, sem comprometer as gerações futuras e atender a essas necessidades sem causar danos ambientais irreparáveis. Neste contexto, a pesca artesanal, ao longo da costa da Cidade da Maxixe, afectada pelas mudanças climáticas, devido as alterações que estas provocam sobre os ecossistemas e habitats marinhos e costeiros (aumento da temperatura e subida do nível do mar, recifes de coral, mangais ervas marinhas e outros), vem fazendo com que haja a destruição e perda de unidades de pesca, infraestruturas e serviços relevantes ao desenvolvimento sustentável da pesca. Como consequência, das mudanças climáticas, verifica-se uma instabilidade dos meios de subsistência e condições de vida das comunidades costeiras que dependem da pesca artesanal. (Moçambique, 2021)

A questão da segurança alimentar é, no entanto, complexa pois, para além da renda, pode estar ligada a vários riscos como: mudanças climáticas, comércio, formulação de políticas, para além de más colheitas e baixos estoques de alimentos, inundações, secas e mudanças nos padrões de consumo (Lwasa, 2014; Masters, 2008). Outrossim, o IOF 2019/20 mostrou que a renda dos AF é maioritariamente gasta na aquisição de alimentos, restando pouco para outras necessidades básicas tais como saúde e habitação, o que os torna vulneráveis a InSAN.

No âmbito macroeconómico, a InSAN, tem sido vista como uma ameaça aos problemas da dívida pública em alguns países como Moçambique, cujos choques recorrentes se tornaram um risco de crédito, agudizados pelo aumento global dos preços dos produtos, os impactos da COVID-19 e da Guerra entre a Rússia e Ucrânia.(Jornal O País, 15 de Abril de 2023, 13:16)

O Governo de Moçambique aprovou em 1998 a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN I) que mais tarde, devido as mudanças no contexto político, social e económico, evoluiu para a ESAN II. Para além das estratégias, elaborou igualmente vários planos dentre eles, o Plano Nacional De Investimento Do Sector Agrário II (PNISA II 2022-2026). Os impactos dessas políticas, no entanto, ainda não são efectivas, como referem Bogale & Shimalis (2009) pois, ainda há milhões de moçambicanos que enfrentam a fome extrema no país e uma das principais lacunas destacadas na avaliação da Implementação da ESAN I, foi a problematização da InSAN rural em detrimento da InSAN urbana;(Abrahamo, 2015).

Para aumentar os conhecimentos sobre a temática, realizou-se este estudo, com três questões de partida, designadamente, (i) qual é o nível de segurança alimentar dos Agregados Familiares da Cidade da Maxixe, (ii) Qual é a percepção dos Agregados Familiares sobre o que influencia e escolha do tipo de alimentos que consomem e (iii) Quais são os principais factores influenciadores da insegurança alimentar nas áreas urbanas? Em busca de respostas a estas questões de partida, foi formulada uma hipótese segundo a qual “As escolhas dos AF’s sobre os alimentos que consomem são influenciadas pelas suas percepções sobre SA e pelas características socioeconómicas e demográficas, tais como o nível de escolaridade, o tamanho dos Agregados Familiares, renda e acesso aos bens alimentares e serviços, na Cidade da Maxixe.”

1.1.Objectivos da pesquisa

1.1.1. Geral

O objectivo geral deste estudo é analisar a percepção do estado de segurança alimentar bem como, os factores que determinam a prevalência de insegurança alimentar dos agregados familiares na Cidade da Maxixe.

1.1.2. Específicos

- Determinar os níveis de Segurança Alimentar nos AF, na cidade da Maxixe;
- Examinar a percepção dos AF’s sobre o perfil de consumo diário de alimentos e as estratégias de sobrevivência;
- Analisar a contribuição das variáveis sociais, económicas e demográficas na (in) segurança alimentar e nutricional dos Agregados Familiares na Cidade da Maxixe.

1.2.Pertinência do estudo

O mundo assiste a uma rápida urbanização da população. Este fenómeno é mais acentuado nos países em desenvolvimento e em Moçambique, as projecções do INE indicam

que até 2050 37% da população será urbana. Pesquisadores como Matos (2021), no entanto, problematizam os conceitos de urbano, cidade e de município adoptados em Moçambique uma vez que a falta de clarificação dos mesmos influencia no tamanho da população urbana, como também no conteúdo da urbanidade desses espaços.

Apesar do crescimento da população urbana, vários estudos como o de Crush e Frayne (2010), Raimundo e Frayne (2012), Raimundo, Crush e Pendleton (2014), McCordic (2015) e Haysom (2016) apontaram que na África Austral, a Insegurança Alimentar é geralmente vista como um problema que afecta os agregados familiares das áreas rurais e por esse motivo, as discussões sobre Segurança Alimentar nas áreas urbanas, têm sido negligenciadas, como sugere Abrahamo (2021).

O crescimento populacional nas cidades, deu de acordo com Maxwell et al. (2000) origem a uma pobreza urbana generalizada e crescente, levantando questões sobre, como é que os pobres urbanos lidam com os desafios típicos de cidades? Maxwell questiona ainda como o ambiente urbano afecta a segurança alimentar e nutricional e a capacidade dos pobres urbanos de cuidar de seus filhos? Quais grupos são mais vulneráveis e o que pode ser feito para reduzir a vulnerabilidade?

Apesar de o crescimento demográfico das cidades dever-se maioritariamente ao crescimento natural (diferença entre natalidade e mortalidade), as migrações forçadas, calamidades naturais, a reclassificação urbana e o clima económico actual criaram um aumento significativo e não programado da população urbana, motivaram a expansão administrativa urbana e fizeram com que parte dos AF rurais se tornassem urbanos sem no entanto, processar alterações de organização espacial, económica, social ou cultural, permitindo a expansão das periferias sem infraestruturas e serviços urbanos (Maloa, 2019; Araújo, 2003).

Estando a população exposta a realidade urbana transportando hábitos rurais, a percepção dos AF sobre a segurança alimentar na Cidade da Maxixe, permitirá identificar os níveis SA dos AF, assim como os diferentes segmentos da população que estarão em risco de sofrer devido aos eventos adversos inesperados e assume-se que este estudo será uma contribuirá para a expansão do conhecimento sobre esta temática em Moçambique.

CAPÍTULO II: METODOLOGIA E DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

2.1. Metodologia

Para o alcance dos objectivos deste estudo, foi feita uma pesquisa de campo com recurso ao “método de pesquisa com survey” (inquérito) onde, para além da revisão bibliográfica e/ou documental, foi realizado um trabalho de campo para a recolha de dados sobre as características ou as opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, utilizando um questionário como instrumento de recolha de dados nos agregados familiares seleccionados na amostra. (Gerhardt e Denise, 2009, pp. 37-39; Fonseca 2002, p.37).

A pesquisa bibliográfica constituiu o suporte teórico para a elaboração deste trabalho e ajudou a tomar conhecimento sobre trabalhos anteriores relacionados com a percepção sobre segurança alimentar nos Agregados Familiares em áreas urbanas, e obter maior informação sobre os diferentes factores que influenciam o seu estado nutricional. Por outro lado, ela ajudou encontrar os fundamentos teóricos para a análise e avaliação de percepções da SA. Aliás Cunha et.al (s/d) referem a este respeito que

As pesquisas de percepção servem, de modo geral, para traçar indicadores e definir projetos e políticas em torno de um determinado tema. No caso de percepções de Ciência e Tecnologia estas percepções são indicadoras do pensamento de uma população e tendo como método principal as pesquisas de opinião do tipo Survey. Os métodos de pesquisa de Survey podem fornecer “mecanismos de busca” quando necessitamos investigar algum tema. Este método envolve a coleta e quantificação de dados que se torna uma fonte permanente de informações, pois os dados podem ser analisados logo após a sua coleta ou posteriormente, caso se necessite fazer outras análises em função de novas teorias e visões de pesquisa. Esse tipo de pesquisa é caracterizado especialmente pelo tipo de questões que são propostas aos entrevistados e pela escolha da amostra na qual se realiza a pesquisa, (p.2).

Ainda que haja dados que confirmem o quadro de SAN/InSAN em Moçambique, os métodos de recolha de dados variam em função do objectivo do investigador. Isto faz com que as avaliações ocorram em diferentes dimensões pois, como refere Pessanha (2008), enquanto uns avaliam à escala global ou nacional outros incidem sobre a escala do agregado familiar ou individual.

Para este estudo, foi usada a pesquisa de percepção de Segurança e Insegurança Alimentar e fome, por se considerar o único método que permite captar não apenas as dimensões físicas, como também as dimensões psicológicas da insegurança alimentar. Para tal foi aplicada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), cujo propósito é “medir, diretamente, a percepção de insegurança alimentar e fome ao nível domiciliar”, o que possibilitou a estimativa da sua prevalência na população e por ser uma ferramenta capaz de medir a dimensão do acesso aos alimentos (Kepple; Corrêa, 2011, p. 195, Bezerra, 2014).

Com este instrumento, a InSAN foi percebida nos mais variados níveis, desde a preocupação de que os alimentos pudessem acabar antes que houvesse dinheiro ou outros meio para comprar mais, configurando-se uma insegurança alimentar psicológica, passando em seguida, pela insegurança relativa ou comprometimento da qualidade da dieta, porém ainda sem restrição quantitativa, até chegar ao ponto mais severo, que é a insegurança quantitativa, situação em que o AF passa por períodos concretos de restrição na disponibilidade de alimentos para os seus membros (Bickel et al., 2000).

2.1.1. Desenho de Amostragem para o Estudo e critérios de selecção

A amostra desenhada para este estudo foi probabilística e teve como universo o total dos agregados familiares (AF) residentes na Cidade da Maxixe. Desta forma, o estudo abrangeu 420 Agregados Familiares particulares que se encontram nas áreas de enumeração seleccionadas para o estudo.

Segundo o Censo de 2017, a Cidade da Maxixe tem 31138 AF. O bairro de Rumbana apresenta o maior número de AF (5271) enquanto que, o bairro de Maueue possui o menor número de AF, com 588. A selecção de agregados familiares foi sistemática aleatórias. Nesta, todos os agregados familiares da mesma AE tiveram a mesma probabilidade de inclusão. Foi igualmente gerado um intervalo de amostragem, considerando o número de AF de cada AE em relação ao número de AF por entrevistar.

2.1.2. Tamanho da amostra

Crespo (1998), refere que a dimensão da amostra depende também da variabilidade da característica em estudo na população. Se os elementos da população forem relativamente homogêneos, a dimensão da amostra pode ser pequena, enquanto que para uma população muito heterogênea a amostra deve ser maior, por isso, considerando a homogeneidade e o número de agregados familiares (AF) existentes na Cidade da Maxixe e dentro de cada área de enumeração (AE) seleccionada, foram seleccionados 21AF em cada AE.

Este estudo, realizado em janeiro de 2023, teve um período de recolha de dados de 15 dias, contou com uma equipa composta por 4 inquiridores e 1 supervisor de campo. A maior parte das estimativas desta pesquisa apresentam-se na forma de percentagens, taxas, razões ou proporções e os resultados são fiáveis ao nível de 95% sendo a estimativa máxima do erro absoluto de 5% e sua representatividade, é ao nível da Cidade de Maxixe.

Considerando-se amostragem aleatória simples, a dimensão inicial obteve-se pelas fórmulas:

$$n_0 = Z_{\alpha/2}^2 \frac{p * (1 - p)}{e^2}$$

$$n_1 = n_0 * TR$$

Onde:

n_0 = Tamanho inicial da Amostra usando a amostragem simples;

Z = Intervalo de Confiança (IC 95 % = 1,96);

P = 50.0% (Estimativa de AF familiares em Insegurança alimentar ou em stress¹);

$(1 - P)$ = 50.0% (Estimativa de AF familiares em segurança alimentar ou sem estresse);

e = Margem de erro (fixado em 5.0% para equilibrar a realidade de pesquisa com a precisão das estimativas);

TR = Taxa de resposta (fixada em 90.0%);

n_1 = Tamanho da Amostra com taxa de resposta;

Esta é a dimensão da amostra considerada suficiente (por vezes mais do que suficiente) para se obter a precisão e o nível de confiança desejados. Fazendo $Z = 1.96$ para um nível de Confiança de 95% e 0,05 de margem de erro, com o valor de $P = 50.0\%$ (0.5) e $Q = 50.0\%$ (0.5) e com uma variância de 0.2500, e aplicando a taxa de resposta de 90% obteve-se uma amostra que varia entre $407 < n_1 < 447$, e com uma precisão que varia de $0.0486 < e < 0.04635$. Tendo em conta que quanto menor for o valor absoluto da precisão das estimativas, melhor é a precisão das estimativas, o incremento da taxa de resposta no cálculo do tamanho da amostra melhorou a precisão das estimativas deste estudo tendo saído de 5.0% para 4,9% à 4,6%.

Fixando um número razoável de 21 agregados familiares por AE a amostra deste estudo foi ajustada para 420 AF, dentro do intervalo de amostragem calculado no paragrafo anterior, com uma precisão das estimativas de 4,782% (0.04782) considerada melhor que a precisão inicial de 5%.

¹Relatório da SETSAN, 2021

2.1.3. Distribuição da amostra

A amostra final de 420 agregados familiar para Cidade da Maxixe, foi distribuída para os bairros deste Município de acordo com a probabilidade de inclusão de AF na amostra conforme se pode ver no quadro abaixo. Nesse contexto, o bairro de Maueue teve uma probabilidade muito baixa de inclusão na amostra, e por isso, foi representado pelos AF que foram entrevistados em outros bairros durante a extrapolação dos resultados. Contrariamente, o bairro de Rumbana que apresenta o maior número de AF na amostra, teve maior representatividade na amostra.

Quadro 2.1: Distribuição da amostra da Cidade de Maxixe

Bairros	Número de AF (Censo 2017)	Probabilidades de Inclusão de AF na amostra	Número de AF na Amostra	Número de AF por AE	Número de AE na Amostra	Amostra Final (Ajustado)
Bembe	1511	0.04853	20.4	21	1	21
Chambone A	2065	0.06632	27.9	21	1	21
Chambone B	1728	0.05549	23.3	21	1	21
Dambo	1137	0.03651	15.3	21	1	21
Eduardo Mondlane	1370	0.04400	18.5	21	1	21
Mabil	1697	0.05450	22.9	21	1	21
Macuamene	1511	0.04853	20.4	21	1	21
Macupula	1886	0.06057	25.4	21	1	21
Malalane	2223	0.07139	30.0	21	1	21
Manhala	2358	0.07573	31.8	21	2	42
Maueue	588	0.01888	7.9	21	0	0
Nhabanda	1573	0.05052	21.2	21	1	21
Nhaguiviga	1733	0.05566	23.4	21	1	21
Nhambiho	2397	0.07698	32.3	21	2	42
Nhanguila	985	0.03163	13.3	21	1	21
Rumbana	5271	0.16928	71.1	21	3	63
Tinga Tinga	1105	0.03549	14.9	21	1	21
Total	31 138	1.00000	420.0	---	20	420

2.1.4. Instrumento de recolha de dados

Existem de acordo com Webb et al (2006) cinco métodos normalmente usadas para a recolha de informação sobre os níveis de SAN, dentre eles: (i) o método da FAO que estima calorias per capita disponíveis a nível nacional; (ii) inquéritos sobre as rendas e despesas dos agregados familiares; (iii) método de ingestão alimentar do indivíduo; (iv) método de

antropometria e o método de escalas de medição de InSAN, baseada na experiência. contudo, cada um destes métodos tem as suas limitações (Abrahamo, 2021).

Para o estudo da percepção dos agregados familiares em relação aos níveis de SA, na Cidade da Maxixe, a recolha de dados foi feita com recurso a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), sobre a percepção da segurança alimentar dos AF, por ser o único método que mede directamente a InSAN com base na experiência vivida pelos membros dos AF afectados; capta não apenas as dimensões físicas mas também as psicológicas da InSAN; permite mapear e entender as causas e consequências da InSAN e da fome, tendo o AF como unidade de análise. A colecta de dados é directa e de baixo custo e por fim, é de fácil aplicação em contextos socioculturais diferentes (áreas rurais assim como urbanas), como sugere (Corrêa, 2007, p. 152).

O questionário usado para a pesquisa é composto pelos inquéritos social, económico, demográfico, consumo de alimentos e segurança alimentar, calamidades naturais e bem-estar o que permitiu recolher informações sobre a segurança e insegurança alimentar, mecanismo de acesso aos alimentos e estratégias de sobrevivência dos agregados familiares.

A EBIA, considera, para os seus estudos, um período de referência de 3 meses, período que o autor deste trabalho considera razoável para que os respondentes ainda tenham memória relativa às principais questões relacionas a SAN/InSAN no AF, diferente da USDA² que considera 12 meses.

Para a classificação dos diferentes níveis de segurança alimentar, a EBIA utiliza uma pontuação a partir do somatório das respostas positivas das 14 questões e estabelece quatro (4) pontos de corte. Com base na EBIA, foram realizadas 8 questões para os AF sem membros

² Instrumento desenvolvido nos Estados Unidos da América, na década de 1990, usado para mensurar a InSAN e recomendado para estudos de percepção de SAN, InSAN e fome. É uma escala com 18 itens que permite abranger todos os níveis de severidade da InSAN nos AF com, ou sem crianças. (Bickel et. Al, 2000)

menores de idade (sem membros com menos de 18 anos), e para os AF que tinham membros com idades abaixo de 18 anos de idade, foram feitas as 14 questões da escala.

Tabela 2.1: Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) com 14 questões para medida da percepção da segurança alimentar nos Agregados Familiares

1. O sr(a), ou outro membro deste agregado familiar, teve preocupação de não ter comida suficiente por falta de dinheiro ou outros meios?	☐ Sim	☐ Não	☐ Não sabe ou recusa responder
2. Ainda pensando nos últimos 3 meses, alguma vez o sr(a), ou outro membro deste agregado familiar, não conseguiu ter uma alimentação saudável e nutritiva por falta de dinheiro ou outros meios?	☐ Sim	☐ Não	☐ Não sabe ou recusa responder
3. Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr) ficou sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?	☐ Sim	☐ Não	☐ Não sabe ou recusa responder
4. Nos últimos 3 meses, a comida acabou antes que o Sr(a), tivesse dinheiro para comprar mais?	☐ Sim	☐ Não	☐ Não sabe ou recusa responder
5. Nos últimos 3 meses, a(o) Sra. (Sr.) teve que se arranjar com apenas alguns alimentos para alimentar sua(s) criança(s)/adolescente(s) porque o dinheiro acabou?	☐ Sim	☐ Não	☐ Não sabe ou recusa responder
6. Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) não pode oferecer a(s) sua(s) criança(s)/adolescente(s) uma alimentação saudável e variada porque não tinha dinheiro?	☐ Sim	☐ Não	☐ Não sabe ou recusa responder
7. Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) ou algum adulto em sua casa diminuiu, alguma vez, a quantidade de alimentos nas refeições ou pularam refeições, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?	☐ Sim	☐ Não	☐ Não sabe ou recusa responder
8. O sr(a), ou outro membro deste agregado familiar, deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro ou outros meios para obter comida?	☐ Sim	☐ Não	☐ Não sabe ou recusa responder
9. Nos últimos 3 meses, a(o) Sra (Sr) alguma vez comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro suficiente ou outros meios para comprar comida?	☐ Sim	☐ Não	☐ Não sabe ou recusa responder
10. O sr(a), ou outro membro deste agregado familiar, sentiu fome, mas não comeu, porque não tinha dinheiro ou outros meios para obter comida?	☐ Sim	☐ Não	☐ Não sabe ou recusa responder
11. O Sr(a), ou outro membro deste agregado familiar, ficou um dia inteiro sem comer por falta de dinheiro ou outros meios?	☐ Sim	☐ Não	☐ Não sabe ou recusa responder
12. Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) alguma vez diminuiu a quantidade de alimentos das refeições de sua(s) criança(s)/adolescente(s), porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?	☐ Sim	☐ Não	☐ Não sabe ou recusa responder
13. Nos últimos 3 meses, alguma vez a(o) Sra.(Sr.) teve de pular uma refeição da(s) sua(s) criança(s)/adolescente(s) porque não havia dinheiro para comprar a comida?	☐ Sim	☐ Não	☐ Não sabe ou recusa responder
14. Nos últimos 3 meses, sua(s) criança(s)/adolescente(s) ficou(ficaram) sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar a comida?	☐ Sim	☐ Não	☐ Não sabe ou recusa responder

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado do IBGE, 2009.

Considerando os parâmetros da EBIA, os agregados familiares podem apresentar quatro estágios de segurança alimentar, equivalentes a soma dos pontos obtidos, variando de 0 a 14. Assim sendo, com base nos parâmetros adoptados, foram usadas quatro categorias de análise

da pontuação: 1) condição de segurança alimentar (SA): não ter respostas positivas; 2) condição de insegurança alimentar sem restrição quantitativa de alimentos (IAL), 3) a Insegurança Alimentar Moderada (IAM), onde já se pode observar algum comprometimento da qualidade de alimentos motivados pela redução quantitativa e qualitativa dos alimentos, assim como a priorização da alimentação das crianças em detrimento dos adultos. Por fim, 4) a Insegurança Alimentar Grave (IAG), grupo que indubitavelmente merece maior atenção pois, caracteriza-se pelas restrições quantitativas de alimentos, levando a fome oculta e total em adultos e nas crianças.

No caso de o AF não ter membros menores de 18 anos de idade, as categorias foram estabelecidas segundo outra escala de pontuação, porém, obedecendo a mesma classificação como mostra o Quadro 2.2.

Quadro 2.2. Classificação do estágio da segurança alimentar nos Agregados Familiares, segundo categorias estabelecidas pela EBIA

Classificação do estágio de Segurança Alimentar	Agregados Familiares Com membros menores de 10 anos	Agregados Familiares sem membros menores de 18 anos
Segurança Alimentar	0 Pontos	0 Pontos
Insegurança Leve	1 a 5 Pontos	1 a 3 Pontos
Insegurança Moderada	6 a 9 Pontos	4 a 5 Pontos
Insegurança Grave	10 a 14 Pontos	6 a 8 Pontos

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado do IBGE, 2009.

2.2. Indicadores usados

A medição dos níveis de Insegurança Alimentar foi feita com recurso a indicadores operacionalizados por forma a torna-los mensuráveis. Deste modo, foram usados os seguintes indicadores:

(i) O Indicador HFIAS (Household Food Insecurity Access Scale)

Este indicador, permite medir e inferir sobre o grau de InSAN durante os 30 dias anteriores ao inquérito. Este indicador foi baseado em questões da EBIA, sobre a frequência com que os AF experimentaram as diferentes formas de InSAN.

Com base nas respostas foram tabuladas as pontuações (*scores*) de HFIAS para cada AF e foram determinados os estágios de Segurança Alimentar.

(ii) O indicador HFIAP (Household Food Insecurity Access Prevalence)

Este indicador mede o status de InSAN do AF e usa dos dados obtidos a partir do indicador HFIAS e agrupa as respostas em quatro níveis, de acordo com a escala da EBIA, nomeadamente: SA, InSAN leve, InSAN moderada e InSAN grave, referenciados no quadro 2.2.

(iii) O indicador HDDS (Household Dietary Diversity Score)

Usado para medir a Diversidade Alimentar do AF (Household Dietary Diversity Score - HDDS), refere-se a contagem dos grupos de alimentos consumidos pelo AF nas últimas 24 horas anteriores ao inquérito. Cada grupo representa o cabaz de alimentos recomendados pela OMS que é de 9 grupos de alimentos, num período de 7 dias, e inclui uma contagem do consumo de alimentos como parte da análise.

(iv) O indicador MAHFP (Months of Adequate Household Food Provisioning)

Este indicador, capta mudanças na capacidade do AF garantir a disponibilidade de comida ao longo de todo o ano acima de um nível mínimo. Para este indicador, os AF são questionados sobre os meses (nos últimos 12 meses) em que não tiveram acesso a alimentos suficientes para a satisfação do AF e permitiu verificar a existência de flutuações nos níveis de InSAN.

2.2.1. Pontuação do Consumo Alimentar (FCS)

Para esta pesquisa, foi usada a pontuação de consumo alimentar (FCS – food consumption score), que é de acordo com a WFP (2020), um indicador substituto para o acesso aos alimentos pelos agregados familiares, e é usado para classifica-los em diferentes grupos, com base na adequação dos alimentos consumidos na semana anterior ao inquérito. O indicador de FCS concentra-se em três dimensões do consumo alimentar: a diversidade dietética, a frequência alimentar e a importância nutricional relativa. A pontuação é calculada usando a frequência ponderada do consumo de nove grupos de alimentos consumidos por um agregado familiar durante os sete dias anteriores ao inquérito. Pesos mais elevados (ou mais baixos) são atribuídos aos melhores (ou piores) grupos de alimentos em termos de densidade calórica e conteúdo de macro e micronutrientes.

A compilação de dados sobre o consumo diário de 9 alimentos ou grupos de alimentos recomendados pela OMS e a análise da frequência diária das refeições principais, matabicho, almoço e jantar, foi com referência ao informante do AF (sim/não), aqui considerado uma

Proxy do consumo familiar e, por isso mesmo, assumido como possível de ser agrupado com os diferentes níveis de segurança alimentar no AF.

2.2.2. Perfil socioeconómico e demográfico

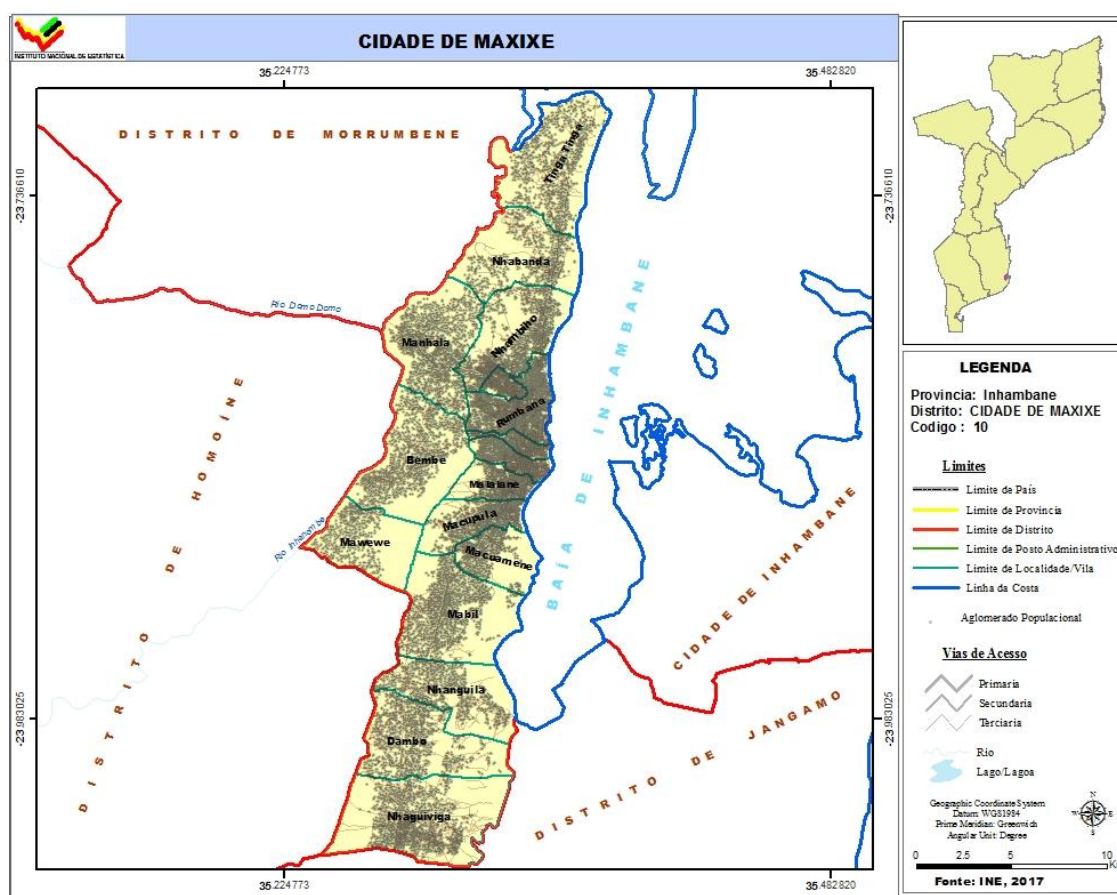
Foram obtidas informações de carácter socioeconómico, como renda do chefe do Agregado Familiar (que foi relacionada a média provincial de despesas dos AF nas zonas urbanas, obtida a partir do IOF 2022, correspondente a 7 744,00 Mt), escolaridade em classes/níveis concluídos e ocupação; e demográfico – sexo, idade, número de pessoas no AF – por serem conhecidos como importantes condicionantes da Insegurança Alimentar, e, por isso, esses factores foram utilizados como variáveis de controle nas relações estabelecidas com as proporções dos 4 níveis de Segurança e Insegurança Alimentar.

Além da avaliação do nível de segurança alimentar do AF, o presente instrumento também possibilitou outras análises, como a identificação de factores associados ao problema, ou seja, composição familiar, níveis de renda, escolaridade do chefe do AF, e as mudanças climáticas, que Igualmente tem se afigurado um importante factor associado a InSAN.

2.2.3. Delimitação da área de estudo

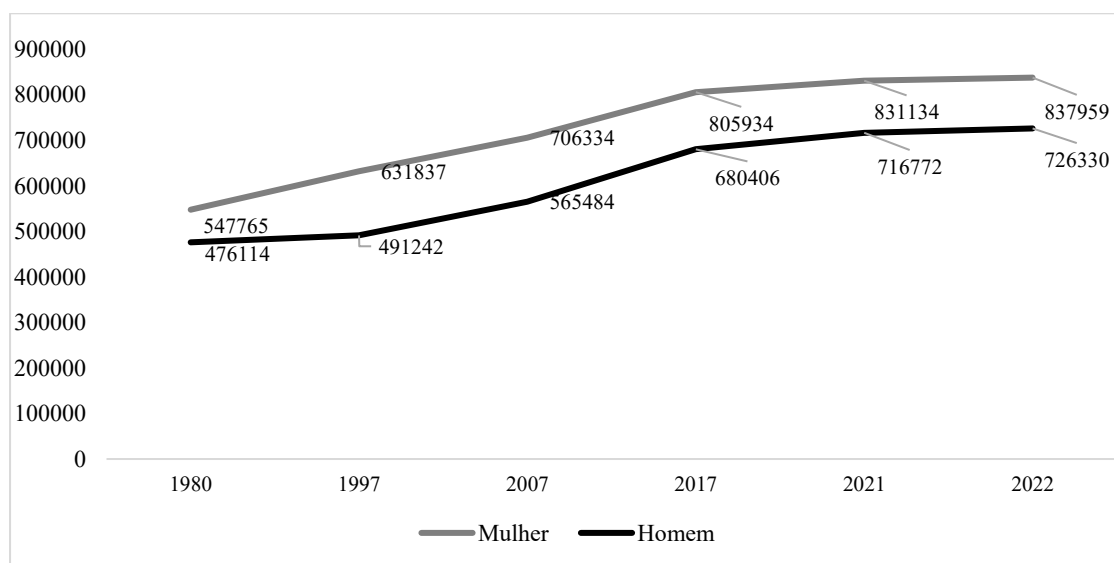
A Cidade de Maxixe localiza-se na Província de Inhambane, sul do Moçambique, é limitada a Norte pelo Distrito de Morrumbene através do Rio Nhanombe, a Sul pelos Distritos de Jangamo e Homoíne, a Este pela Cidade de Inhambane através da Baía do mesmo nome e a Oeste pelos Distritos de Homoíne através do Rio Nhanombe”, como ilustra o mapa 1 sobre a divisão administrativa da Cidade da Maxixe.

Mapa 2.1. Divisão administrativa da Cidade da Maxixe



Com uma área de 192 km², a Cidade da Maxixe tinha de acordo com o Censo de 2017 uma população de 129 993 habitantes, o que representa um aumento populacional de cerca de 20%, em relação ao Censo de 2007. As projecções do INE apontam, no entanto, para o ano de 2023, uma população total de 155 421 habitantes. Em termos de organização administrativa, a Cidade da Maxixe está dividida em 17 bairros. O estudo abrangeu áreas dos bairros de Bembe, Mabil, Macuamene, Macupula Malalane, Manhala, Nhabanda, Chambone B, Nhambiho, Rumbana, Chambone A, Eduardo Mondlane, Tinga Tinga, Nhaguiviga, Dambo e Nhanguila, que do ponto de vista do autor do estudo, são representativos em termos de abrangência da população total da Cidade de Maxixe e, por conseguinte, suficientes para efeitos de inferência na análise dos resultados. O gráfico 2.1 que se segue mostra a evolução da população total de Maxixe de 1997 a 2023. Com efeito, em 2023 cerca de 47% de pessoas eram do sexo masculino e 53% eram do sexo feminino.

Gráfico 2.1. Evolução da população da cidade da Maxixe 1997-2022



Fonte: I, II, III, IV RGPH (com formatação do autor). Projecção da população 2017-2050

CAPÍTULO III. REVISÃO DA LITERATURA

3.1. Abordagens conceituais sobre Segurança Alimentar e Nutricional

A Segurança Alimentar e Nutricional, como conceito, tem sido continuamente debatida e difundida, e vem se adaptando às alterações e necessidades sociais no mundo desde o final da Primeira Guerra Mundial, período em que se defendia a necessidade de autossuficiência de cada país relativamente a questão da alimentação. (Frei Betto, 2003)

Esta ideia da necessidade de aumento da produção, veio a fortalecer o argumento da indústria química na defesa da Revolução Verde que apesar de ter sido a razão do aumento da produção mundial ainda na década de setenta, não foi capaz de extinguir os males da desnutrição e da fome, que continuaram atingindo, tão gravemente, uma parcela importante da população mundial. (Abrahamo, 2015)

O conceito de “Segurança Alimentar” foi definido pela primeira vez na Conferência Mundial sobre a Alimentação em 1974 como sendo: “a disponibilidade a nível mundial e em todos os momentos de alimentos básicos(...) para fazer a expansão do consumo de alimentos (...) e compensar as flutuações na produção e nos preços” (Nações Unidas, 1974). Este conceito, mostra de antemão que o foco inicial era a garantia de quantidades suficientes de alimentos a nível global.

Ao fazer uma revisão de literatura de 194 estudos a respeito do conceito de SA, Maxwell e Frankenberg (1995) melhoraram-no e redefiniram-no como sendo o “acesso seguro em todos os momentos a uma alimentação suficiente para uma vida saudável”.

Dada a sua natureza multifacetada, diferentes autores e organismos foram alargando a abordagem sobre a segurança alimentar, e por isso, o conceito foi ganhando novos atributos. Maxwell (1996) advogou a existência de três características que mostravam a mudança de paradigma para a compreensão da SA. A primeira estava relacionada ao grupo alvo onde, o foco passou da perspectiva global ou nacional e passou a se fazer análises ao nível familiar ou individual, reconhecendo assim que a SA está mais dependente do acesso que o AF tem aos alimentos e não necessariamente da sua disponibilidade ao nível nacional ou global. E em segundo lugar, ganhou-se a concepção de que um AF só alcançaria a SA se tivesse uma estabilidade nos seus meios de subsistência. Por fim, observou-se que para além da avaliação dos padrões de consumo e adequação nutricional, devia se tomar em consideração a

vulnerabilidade, dignidade humana e aceitabilidade cultural. (Maxwell, 1996; Oshaug et al., 1995).

Por seu turno, Vendramini et al (2012) teriam acrescentado, como relevantes, ao processo de amadurecimento conceptual, os parâmetros disponibilidade e acesso, relacionados à quantidade suficiente e ao preço baixo dos alimentos, como importantes para compor o referido conceito. Portanto, a disponibilidade e o acesso tornaram-se dimensões essenciais da Segurança Alimentar e tal como assinalou a FAO (2010), a horticultura urbana e periurbana, ajudaria as cidades em desenvolvimento a enfrentar os problemas da má nutrição pois, contribuem para o fornecimento de produtos frescos, nutritivos o ano todo e consequentemente, melhorar a SAN.

A definição adoptada pela FAO, no entanto, estabelece que a segurança alimentar representa um estado no qual todas as pessoas, durante todo o tempo, possuam acesso físico, social e económico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva, que atenda a suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida activa e saudável (Belik, 2003: p.23).

Este conceito apresentado pela FAO, é corroborado por autores como Burlandy (2007), Maluf e Menezes (2008) e Leão e Maluf (2012) pelo que destacam que para que haja a garantia de vida activa e saudável é necessário que haja em primeiro lugar a disponibilidade de alimentos adequados e seguros nutricionalmente e em segundo lugar, que haja a capacidade de aceder aos alimentos socialmente aceitáveis, sem precisar recorrer a medidas extremas (roubo, consumo de sementes, recorrer a alimentos de emergência, etc)

Olhando para as diferentes definições, percebe-se de antemão que a segurança alimentar é um conceito multidimensional, cujas dimensões integram o acesso físico a estes (a disponibilidade) e a acessibilidade económica dos alimentos.

Mais do que conceptualizar a SA, é no entender de Maluf et al. (1996), fundamental afirmar o acesso à alimentação como um direito em si mesmo. Os autores assumem a convicção de que a alimentação se constitui no próprio direito à vida, direito este que, começa pela garantia a todos os cidadãos ao acesso diário a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para atender as necessidades nutricionais básicas e essenciais para a manutenção da saúde. Entretanto, não se pode parar por aí pois, o ser humano precisa muito mais do que uma alimentação nutricionalmente balanceada, precisa ter os seus hábitos culturais, suas preferências e seus prazeres respeitados. É parte do direito à alimentação ter informações

correctas sobre o conteúdo dos alimentos, práticas alimentares e estilo de vida saudáveis, que promovam a saúde e reduzam o número de doenças ocasionadas por uma alimentação inadequada (Valente, 2002; IPEA, 2002).

A CONSEA (2004) trouxe uma discussão mais ampla, com a qual este estudo se identifica pois indica que a SA é definida pela garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais e ainda, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, económica e socialmente sustentáveis.

Com o aumento do espectro investigativo nesta matéria, foram acrescentados nas duas últimas décadas a noção de qualidade da dieta alimentar, o respeito aos hábitos alimentares, a perspectiva do alimento seguro para além da insegurança alimentar urbana. Estas abordagens, alargaram o foco do debate, integrando também a perspectiva de saúde e alimento seguro (*food safety*), decrescendo ainda mais a unidade de estudo, do nacional/AF para o indivíduo. (Pinto, 2013:10)

A fome, no entanto, não se prende apenas ao facto de não se produzir alimentos em quantidade suficiente para toda a população mundial (Godfray, 2013) por isso, a SAN está assente em quatro pilares (na sua forma clássica), sendo que quando não se verifica a existência de algum deles, o risco de fome é elevado. Tais pilares são, designadamente:

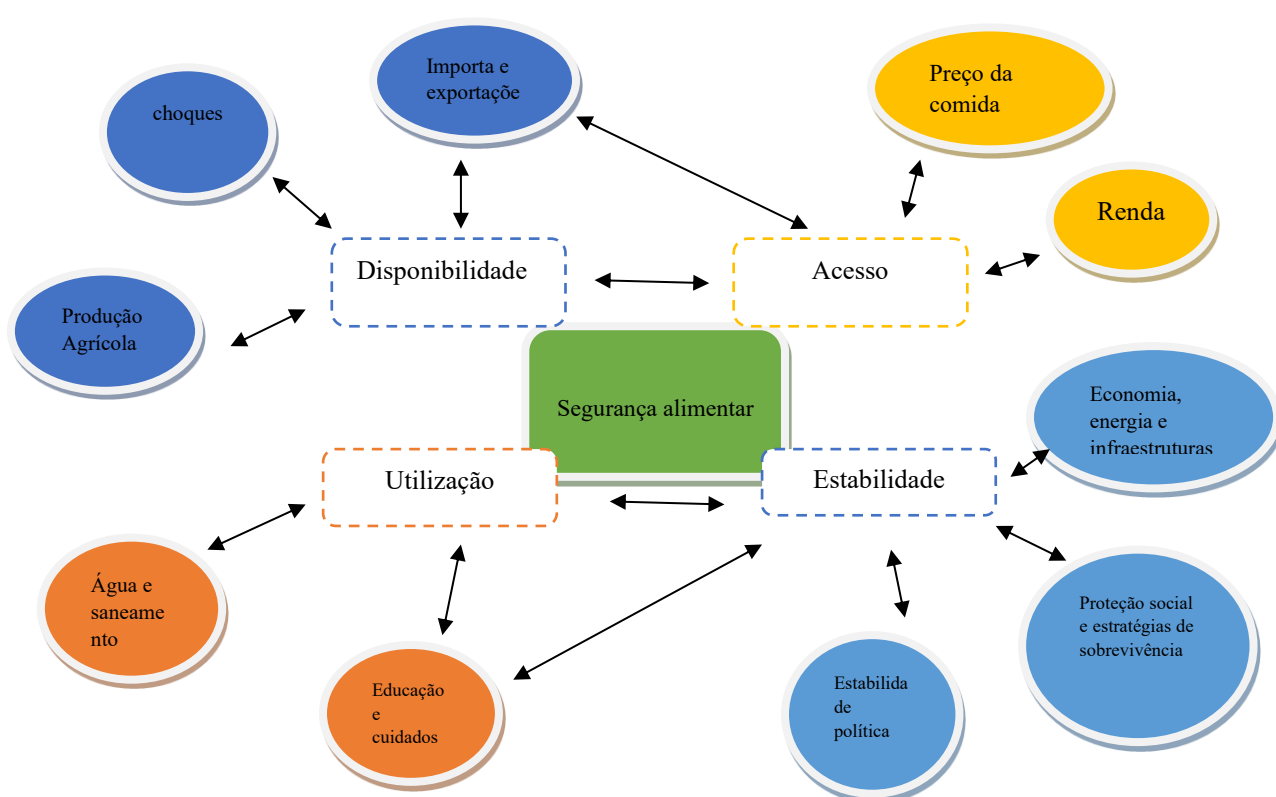
- a) *A disponibilidade de alimentos*: pressupõe a existência de quantidades suficientes de alimentos de qualidade, que assegurem todos os nutrientes essenciais para a saúde humana. É ainda importante que estes alimentos sejam seguros (sem elementos tóxicos e devidamente manuseados) e de boa qualidade;
- b) *O acesso aos alimentos*³ é assegurado quando no seio do AF, todos os indivíduos economicamente activos, possuem recursos suficientes para a obtenção de uma dieta alimentar saudável. Este factor que vai merecer a atenção do autor deste trabalho, é determinado por factores como a renda para a aquisição de produtos alimentares nos mercados, a produção, doações, Remessas, entre outros e podem ser afectados por

³ A SA depende da capacidade de os indivíduos usarem os seus recursos para a aquisição de alimentos, portanto, a existência de alimentos não constitui por si só condição suficiente para assegurar o consumo de alimentos nos AF.

choques como, mudanças climáticas, falta ou perda de emprego e prevalência de doenças crônicas em algum membro economicamente activo no AF.

- c) *A utilização dos alimentos*: avaliada ao nível familiar e individual, este pilar assume uma dimensão socioeconómica e biológica considerando que, mesmo que exista a disponibilidade e acesso de alimentos nutritivos, o AF terá de escolher dentre os diversos alimentos e efectuar a alocação no seu seio. O uso adequado de alimentos acontece quando “os alimentos são consumidos de forma adequada, são processados e conservados com base em técnicas eficientes, quando existe um conhecimento sobre a nutrição e dos cuidados com a saúde materno-infantil, condições de saúde e saneamento adequados” (USAID, 1992).
- d) *A estabilidade*: diz respeito a necessidade de minimizar a possibilidade de que em algumas épocas, o consumo de alimentos possa se situar abaixo das necessidades. Assim, os AF não podem enfrentar o risco de perder o acesso aos alimentos como consequência de um choque.

Figura 3.1: Abordagens conceituais sobre segurança alimentar e nutricional: os quatro Pilares da Segurança alimentar



Fonte: Tomado de: Dimensions of Food Security - The Food System Handbook 2021, com adaptações feitas pela autora.

Em Moçambique, a questão de segurança alimentar urbana mereceu especial atenção formal e institucional a partir de 1998, com a elaboração da primeira Estratégia de Segurança Alimentar (ESAN), pelo SETSAN. Já na ESAN II (2008-2015), o SETSAN sublinhou que a SAN nos centros urbanos “é fortemente influenciada pelo acesso económico aos alimentos e não apenas, pela disponibilidade física destes. Nas cidades, a definição grupos vulneráveis à InSAN, depende fundamentalmente duma diversidade de factores, tais como oportunidades de emprego, serviço básicos de saúde e educação, protecção social, êxodo rural e funcionamento dos mercados.” Adicionalmente, a ESAN refere a existência de dois tipos de InSAN: (i) Insegurança Alimentar Crónica, ou seja, fome silenciosa, que se refere ao consumo insuficiente de alimentos e a (ii) Insegurança Alimentar Transitória, que se refere a falta temporária de alimentos para alcançar as quantidades alimentares diárias requeridas

Do ponto de vista prático, a SA é referida como disponibilidade e acesso (produção, distribuição e acesso socioeconómico) porém, para a presente pesquisa o realce será dado a dimensão “acesso” e assumirá a definição da CONSEA anteriormente apresentada, por enfatizar os aspectos relacionados ao acesso e a disponibilidade de alimentos relacionados a suficiência e continuidade. Ressalta ainda a importância da qualidade dos alimentos e coloca a segurança alimentar como uma condição básica de cidadania.

Outro conceito importante no estudo da SA é a **vulnerabilidade**, definida como, a exposição aos riscos pela falta de capacidade para enfrentar as consequências desses riscos. (Chambers 1989 e Harinarayan 1999 citados por FAM, 2004). A vulnerabilidade, pode ser minimizada pela redução de riscos ou pelo incremento da capacidade de lidar com os riscos e choques.

Importa ainda realçar que a vulnerabilidade, pode ser transitória para além de que se pode fazer uma previsão⁴ da mesma. A vulnerabilidade pode ainda ser crónica. (em situações como a escassez de terras e insuficiência de trabalho remunerado) e de quando em vez assume um carácter imprevisível (quando acontecem choques extremos como conflitos militares, ciclones, cheias e secas). (Jamu, 2008)

Uma vez que maior parte dos estudos sobre a SAN estão direccionados as áreas rurais, este estudo focou-se na SAN/InSAN na área urbana, onde é frequente a fome denominada

⁴ Em Moçambique, as autoridades locais bem como os agricultores têm mapeados as épocas agrícolas e os períodos de maior vulnerabilidade a cheias e secas.

parcial, também chamada de fome oculta na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, as pessoas correm risco de morrer, apesar de comerem todos os dias.

3.2. Visão geral da Segurança Alimentar no mundo

O artigo 25 da Declaração Mundial dos Direitos Humanos de 1948 refere que, “Todos os seres humanos têm direito a um padrão de vida suficiente para assegurar a si e à sua família, a saúde e o bem-estar, inclusive à alimentação(...)”. Erradicar a fome é o segundo dos 17 Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU para o alcance da Agenda 2030, que pressupõem a resolução de questões relacionadas aos direitos humanos, como a alimentação, meio ambiente e direitos das mulheres.

Apesar de não se encontrar expressamente consagrado na Constituição da República de Moçambique, o reconhecimento do Direito à Alimentação está implícito no compromisso do país em garantir os direitos humanos e na criação de organismos de coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional para fazer face aos crescentes desafios de redução da Insegurança Alimentar e da desnutrição crónica e de garantir a efectiva articulação na implementação da legislação e políticas de Segurança Alimentar e Nutricional.

Apesar dos esforços realizados para a erradicação da fome, o acesso, continua sendo a principal causa de fome da maioria das pessoas em InSAN, considerando todos os outros pilares (disponibilidade, utilização e estabilidade), e de acordo com Godfray (2013), o fenómeno da fome está intimamente ligado à questão do desenvolvimento.

Pela sua complexidade, o segundo ODS que visa, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os mais pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a uma alimentação de qualidade, nutritiva e suficiente durante todo o ano até 2030, foi dissociado do primeiro objectivo que visa acabar com a pobreza contudo, Correia & Cabral, (2013) indicam que a pobreza é, um dos principais factores que condicionam o acesso aos alimentos, por isso, a melhoria das taxas de segurança alimentar passam, em grande parte, pela redução da pobreza.

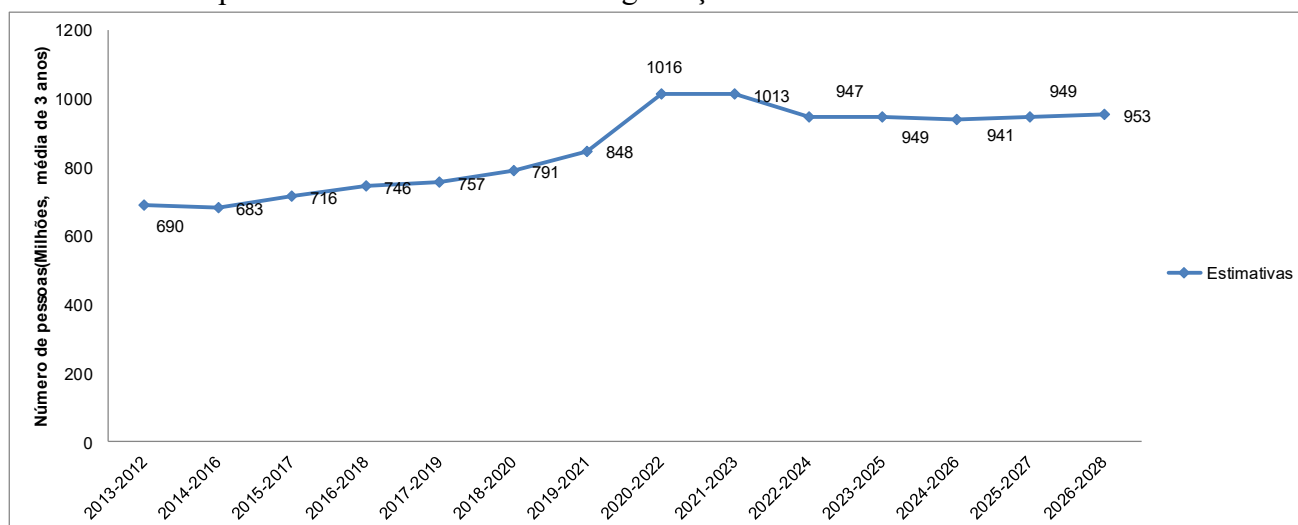
Projeções do Banco Mundial (2023) destacam um aumento da insegurança alimentar grave. Estima-se que os níveis de fome tenham aumentado acentuadamente em todo o mundo. De acordo com a última análise do Banco Mundial feita a partir dos dados da FAO, a fome

persistirá. Sendo os eventos climáticos extremos, conflitos e os e choques económicos agravados pela pandemia de COVID-19, os maiores catalisadores para a crise de muitos países, ao exemplo de Moçambique.

De 2015 a 2023, o mundo assistiu a um aumento de aproximadamente 330 milhões de pessoas em Insegurança Alimentar e foi nos anos de 2022 e 2023 em que, cerca de 1 bilhão de pessoas – uma em cada oito – em todo o mundo tiveram sérias dificuldades para obter alimentos e, como resultado, membros dos AF sendo adultos ou crianças, não conseguiram fazer as três principais refeições tendo, portanto, não feito algumas refeições. (Banco Mundial, 2023)

Após uma década de ganhos consistentes de desenvolvimento, a fome global aumentou acentuadamente nos últimos anos, como é possível verificar na figura 1, dificultando assim o alcance dos ODS 1 e 2 da Agenda 2030. As estimativas feitas pelo Banco Mundial, indicam ainda que redução do número de pessoas em InSAN até 2028 será lenta caso se mantenha o clima macroeconómico actual. Esta situação vai exigir dos governos, um esforço adicional por forma a garantir o mais básico dos direitos humanos, a alimentação.

Gráfico 3.1. Perspectivas mais recentes sobre Segurança Alimentar e Nutricional no mundo



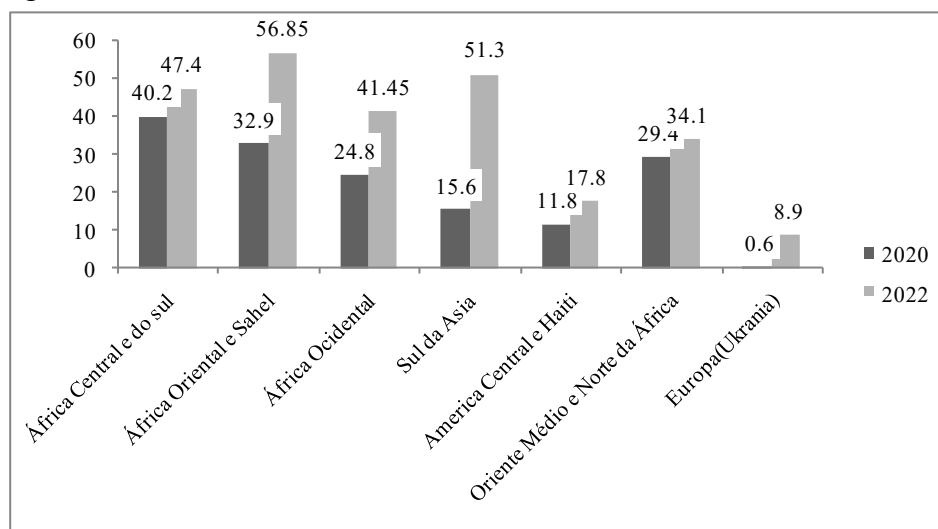
Fonte: Elaborado pela autora com base no relatório sobre as estimativas de SAN, 2023

A insegurança alimentar não afecta de forma equitativa a população das diferentes regiões do globo. E como referenciou Godfray (2013) a fome está intimamente relacionada com o desenvolvimento das populações assim, é de prever que a redução desta, dependa do estado de desenvolvimento de cada região. (Neto, 2014)

O gráfico 3.2 demonstra os desequilíbrios no que toca aos níveis de fome entre regiões. Apesar de o mundo estar a viver um momento crítico, para o cumprimento da meta imposta para o segundo ODS, quando se observa região por região toma-se a consciência de que em

determinadas zonas do planeta a redução deste problema não tem evoluído da forma desejável e a maioria dos países com dificuldades para cumprir o ODS-2 são vulneráveis as mudanças climáticas ou afectados por conflitos. (Banco Mundial, 2023)

Gráfico 3.2: Número de pessoas em situação de Insegurança Alimentar aguda nas diferentes regiões do mundo em desenvolvimento, 2022.

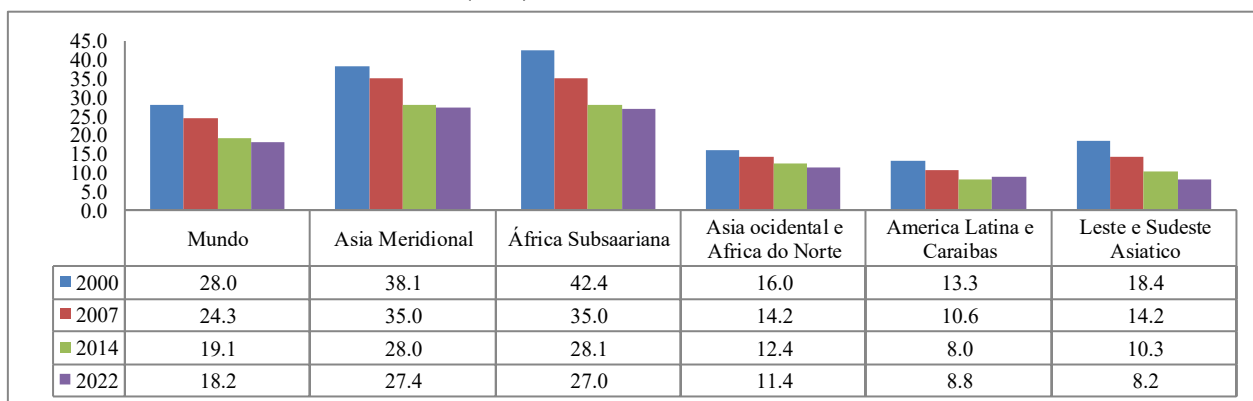


Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados dos relatórios GRFC (2020 e 2022)

Pode-se ainda verificar pelo gráfico 3.3 que, o número de pessoas classificadas como estando na fase igual ou superior ao IPC 3 (crise, emergência e catástrofe) aumentou em todas as regiões do mundo analisadas pelo GRFC, no período de 2020 a 2022. A África central e do Sul, onde o estudo enquadrava Moçambique, registou o segundo menor aumento de pessoas em crise (17%), contudo, o número bruto de pessoas em IPC fase 3 manteve-se alto. Destaca-se ainda a Ucrânia, que devido a guerra que a opõe Rússia, possui 8.9 milhões de habitantes em situação igual ou superior ao IPC 3, mais de 100% do que se verificou em 2020. (GRFC, 2020; GRFC, 2022)

Os números acima apresentados, por si só, muitas vezes não traduzem a dimensão total da fome, como revela Neto (2014) e para que se perceba a real magnitude deste fenómeno, recorre-se ao Índice Global da Fome (IGF) que pela sua multidimensionalidade, reflete não só a situação nutricional da população como um todo, mas também de um grupo vulnerável fisiologicamente, as crianças. Este mesmo índice, reflete ainda a combinação de indicadores de medição independentes, e reduz os efeitos de erros de medição aleatórios (Alkire & Santos, 2010).

Gráfico 3.3. Índice Global da Fome (IGF). 2007- 2022



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados dos relatórios GRFC (2020 e 2022)

3.3. Segurança alimentar em Moçambique

Desde a proclamação da independência de Moçambique, várias foram as mudanças positivas que se verificaram em diversas áreas de desenvolvimento. Dentre as realizações observadas no período pós-independência, a redução da insegurança alimentar de 56% em 2003 para 24% em 2015, isto é, 32 pontos percentuais em 17 anos e a redução da desnutrição de 48% em 2008 para 43%, em 2015, isto é, 6 pontos percentuais em 7 anos, são dignas de realce. No entanto, observa-se que a insegurança alimentar reduziu quase ao dobro do ritmo da desnutrição crónica. (Carrilho, et al, 2023)

Em Moçambique, a questão da Segurança Alimentar tem merecido a atenção do governo e é prova disso, foi a criação do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) e mais tarde a transformação do Ministério da Agricultura e Pescas em Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar que passou a ocupar-se explicitamente das questões relacionadas à SAN.

No ano de 2022, Moçambique tinha uma população de 31.97 milhões de habitantes desta, 3,15 milhões, ou seja, 10%, encontrava-se na Fase 3 do IPC ou acima e 40% se encontrava em situação de stress. Este foi, de acordo com o relatório do GRFC (2023), o período mais crítico em todas as análises feitas sobre a Insegurança Alimentar Aguda desde 2016, contudo, o ano de 2017 teve o maior número de pessoas na Fase 4 do IPC – quase 1 milhão de pessoas (IPC, janeiro de 2021).

Três distritos de Gaza (Chibuto, Mabalane e Guijá), classificaram-se consistentemente na Fase 3 do IPC desde 2018. Em Cabo Delgado, a Insegurança Alimentar aumentou consideravelmente desde 2017, quando todos os distritos estavam em situação de insegurança

alimentar aguda mínima (IPC Fase 1). Em 2021, a maioria dos distritos estava no IPC Fase 3 (GRFC, abril de 2022).

Dos 150 distritos analisados, 34 foram classificados em IPC Fase 3 e o restante em stress (IPC Fase 2), excepto o município da cidade de Maputo que foi classificado em Mínimo (IPC Fase 1) (IPC, março de 2023). É importante referenciar que o maior número de pessoas na Fase 3 do IPC ou acima estiveram nos distritos de Cabo Delgado, Zambézia e Nampula.

A estes ritmos, como se pode atingir o 2.º Objectivo de Desenvolvimento Sustentável (SDG2) que visa «eliminar a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição, assim como promover a agricultura sustentável, até 2030?

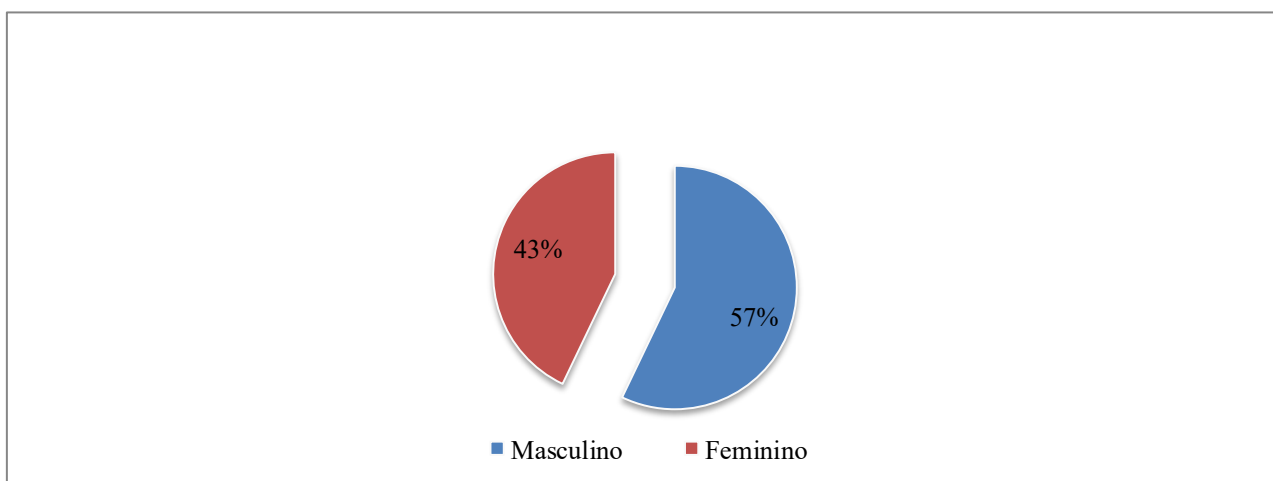
CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. Caracterização do grupo de pesquisa

4.1.1. Chefia dos agregados familiares

Para efeitos da presente pesquisa, em cada agregado familiar foi identificado um chefe. Este indivíduo, indicado pelo agregado familiar, é a pessoa responsável pelas decisões do dia-a-dia no AF e a sua autoridade é reconhecida pelos outros membros. Na Cidade da Maxixe, em cada 100 agregados familiares, 57 são chefiados por homens, como ilustra o gráfico abaixo.

Gráfico 4.1. Distribuição percentual dos agregados familiares, por sexo do chefe, Cidade da Maxixe, 2023



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos resultados do Inquérito feito aos AF.

De acordo com o IOF 2019/20, em Moçambique, as pessoas formam suas próprias famílias ainda muito jovens. Portanto, a maior proporção de chefes de agregados familiares encontra-se na faixa etária de 25-29 anos (13,2%). Contrariamente, na Cidade da Maxixe, a maior proporção de chefes de agregados familiares encontra-se na faixa etária dos 35 aos 39 anos em ambos os sexos. Entre os 20 e 49 anos, a percentagem de homens chefes de agregados familiares é o dobro (40,6%) à das mulheres, no entanto, a partir dos 50 anos esta situação se inverte. Esta tendência pode estar relacionada com a mortalidade masculina que se observa mais nos homens nas idades avançadas.

Quadro 4.1. Distribuição percentual dos agregados familiares, por sexo do chefe, segundo grupos de idade Cidade da Maxixe, 2023.

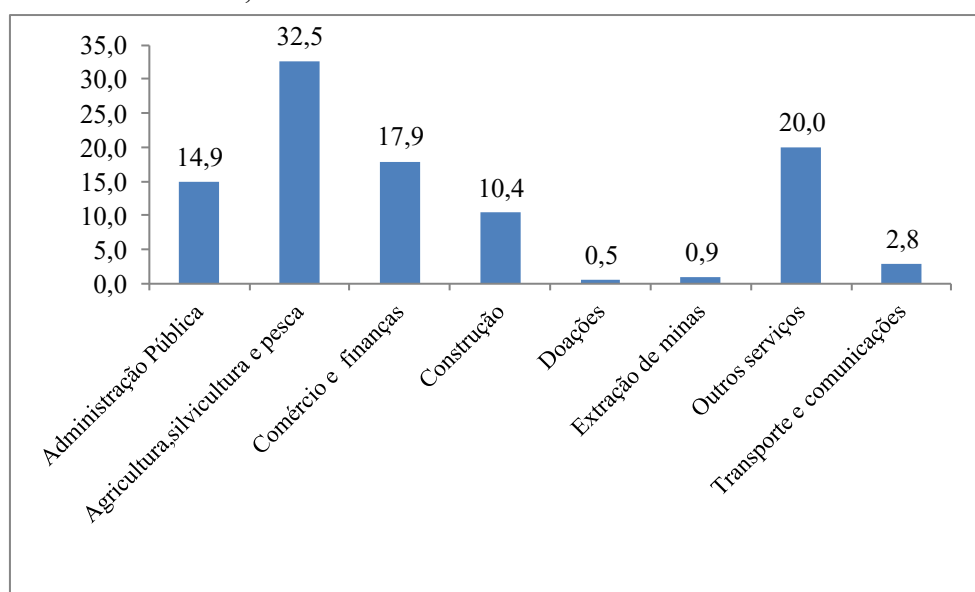
Grupos de Idade	Sexo do chefe do Agregado Familiar		
	Total	Homens	Mulheres
Total	100	57	43
20-24	4,7	3,3	1,4
25-29	7,5	3,3	4,2
30-34	8,5	6,1	2,4
35-39	17,9	10,8	7,1
40-44	11,8	8,5	3,3
45-49	10,4	8,5	1,9
50-54	9,0	3,3	5,7
55-59	3,8	1,9	1,9
60-64	9,9	3,8	6,1
65-69	5,3	2,4	2,8
70-74	5,7	2,4	2,8
75-79	3,3	2,4	1,4
80+	2,2	0,5	1,9

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos resultados do Inquérito aos AF.

4.2. Actividades económicas dos chefes de agregados familiares

O gráfico 4.2 sobre a distribuição percentual de chefes dos Agregados Familiares, por ramos de actividade revela que a maior parte dos chefes de agregados familiares estão no sector primário (em cada 100 chefes de AF, 33 praticam agricultura ou a pesca), seguido do sector de comércio e finanças (17,9%) e administração pública (14,9%).

Gráfico 4.2. Distribuição percentual de chefes dos Agregados Familiares, por ramos de actividade. Maxixe, 2023



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos resultados do Inquérito.

4.3. Níveis de Segurança e Insegurança Alimentar nos agregados familiares da Cidade da Maxixe, 2023

O HFIAS é um indicador escalar sobre a frequência com que o AF experimenta as diferentes formas de Insegurança Alimentar nos últimos trinta dias anteriores à recolha de dados. Da pontuação obtida, maior parte dos agregados familiares da Cidade da Maxixe, experimenta algum tipo de insegurança alimentar, portanto, apenas 34.1% dos agregados familiares (AF) vivem em Segurança Alimentar (SA). Entre os AF que experimentam insegurança alimentar, 25.7% referem preocupação de ficar sem produtos alimentares ou comprometimento qualitativo da dieta alimentar por limitação financeira (IAL). Outros 19.3% (IAM) E 21% (IAG) tem restrição quantitativa na dieta tanto entre adultos quanto entre crianças.

Quadro 4.3.1 Classificação do estágio de Segurança Alimentar, segundo categorias estabelecidas pela EBIA.

Estágios de Segurança Alimentar	Nº de AF	Percentagem (%)
Segurança Alimentar	143	34,1
Insegurança Leve	108	25,7
Insegurança Moderada	81	19,3
Insegurança Grave	88	21,0

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos resultados do Inquérito

Verificou-se diferenças significativas entre agregados familiares cuja composição inclui membros menores de 18 anos e os que não tem. 36,9% dos AF com menores, estavam em Segurança Alimentar contra 27,8% dos AF sem menores.

No extremo oposto, a Insegurança Alimentar Grave, acometia maioritariamente, aos AF com menores em 24,4% contra apenas 14% dos AF sem menores, como ilustra o Quadro 4.3.2.

Quadro 4.3.2 Distribuição dos Agregados Familiares por grupos e níveis de Segurança/Insegurança alimentar, de acordo com a EBIA

Estágio de Segurança Alimentar	Nº de respostas positivas para famílias com menores de 18 anos	Nº de respostas positivas para famílias sem menores de 18 anos
Segurança (SA)	36,93%	27,82%
Insegurança alimentar leve	24,39%	28,57%
Insegurança alimentar moderada	14,29%	30,08%
Insegurança alimentar grave	24,39%	14,0%

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos resultados do Inquérito

Sendo prioridade na agenda governamental moçambicana, a insegurança alimentar constitui preocupação de agentes governamentais e não governamentais. Apesar de se estar a implementar diversos projectos, a exemplo do Sustenta, que visam o alcance da segurança alimentar, uma parcela relevante da população da Cidade de Maxixe está exposta à situação de insegurança alimentar, por um lado pelo comprometimento qualitativo da sua dieta alimentar ou pela restrição quantitativa de alimentos, por outro.

Mais de metade dos Agregados familiares (AF) na Cidade da Maxixe, convive com o medo de ficar sem produtos alimentares ou, contar com alguns alimentos para compor a dieta das crianças e adolescentes. Portanto, a insegurança psicológica referida na primeira questão da EBIA, atinge cerca de 57,1% dos AF na Cidade da Maxixe; aliado ao medo de ficar sem alimentos, 55,7% dos AF declararam ainda, efectivamente, ter ficado sem os mesmos, antes que tivessem dinheiro ou outros meios para voltar a adquiri-los, constituindo assim uma das maiores preocupações ou o tipo de insegurança que mais prevalece entre os AF, como refere a questão 4.

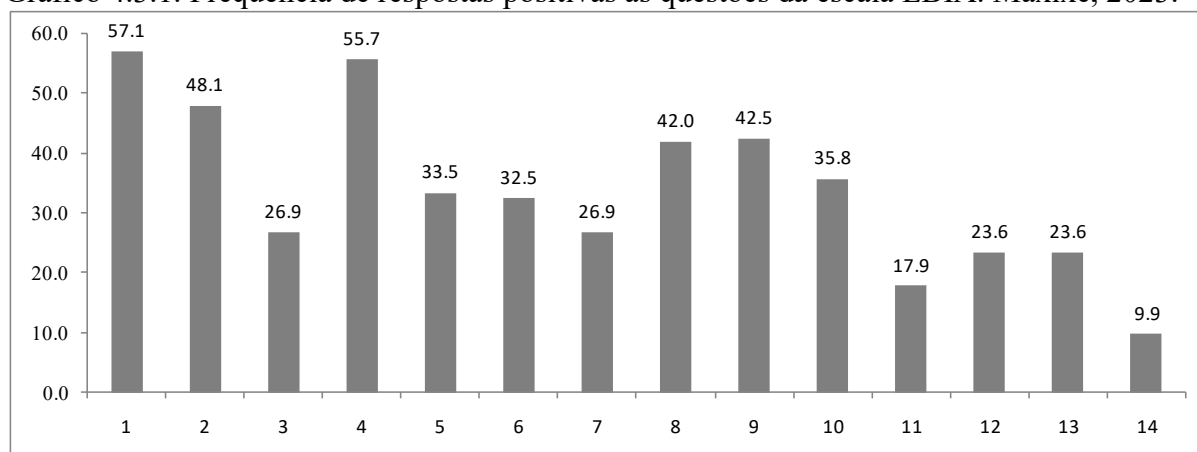
Cerca de 42% dos Agregados familiares na Cidade da Maxixe, referiu ter enfrentado dificuldades referentes à quantidade dietética. Estes AF declararam ter deixado de fazer algumas refeições ou ter comido menos do que achavam que deviam por falta de dinheiro ou outros meios. Em associação à quantidade, 32,5% teve restrições qualitativas, com uma frequência de 1 a 2 dias, no período de referência, tendo deste modo consumido apenas alguns alimentos e não conseguido oferecer uma dieta saudável e variada tanto aos adultos assim como às crianças e adolescentes, por falta de dinheiro ou outros meios de aquisição de alimentos.

Ainda sobre a percepção da quantidade de alimentos consumida nos AF, tanto entre adultos como entre as crianças, as respostas de 26,9% dos AF referenciam a uma alimentação insuficiente pois, tiveram que diminuir a quantidade de alimentos consumidos.

Na mesma senda, 48,1% dos AF ficaram sem alimentos antes que pudessem adquirir outros. As referências a períodos do dia ou o dia inteiro sem se alimentar, nos 3 últimos meses, foram cerca de 17,9%, contudo, na questão sobre o adulto não ter feito uma refeição, a frequência foi de 26,9%.

Na questão número 14, sobre a criança/adolescente ter ficado um dia inteiro sem comer, a percentagem de respostas afirmativas foi relativamente menor que a dos adultos, tendo ficado em 9,9% dos AF o que mostra a preocupação em suprir as necessidades alimentares das crianças em primeiro lugar.

Gráfico 4.3.1. Frequência de respostas positivas às questões da escala EBIA. Maxixe, 2023.



Fonte: elaborado pela autora, com base nos resultados do Inquérito

Os resultados deste inquérito indicam que, mais do que trabalho assalariado, os AF na Cidade da Maxixe devem buscar novos meios de acesso aos alimentos.

Entre as estratégias familiares, enumeradas pelos AF para ultrapassar a falta de produtos alimentares, foram citadas, a busca de alimentos em redes de apoio, como, ajuda de vizinhos, carentes da mesma igreja e familiares, foram igualmente feitas compras a crédito e criação de canteiros nos quintais. A opção por produtos alimentares mais acessíveis e mais calóricos, que também se tornou uma opção para parte dos AF, representa um mecanismo para ultrapassar a carência de alimentos, pois de acordo com Panigassi (2003), existe uma relação inversa entre o custo do produto alimentar e sua densidade energética.

A Insegurança Alimentar derivada da dieta de baixa qualidade, representada pela condição de não poder oferecer aos adultos ou aos menores de 18 anos uma alimentação

saudável e variada, também reforçam essa hipótese de que quando se diminui o valor monetário destinado à compra de alimentos, o AF opta por alimentos mais baratos para manter a quantidade de energia a ser consumida. (Panigassi, 2003). Contudo, é necessário analisar a insegurança alimentar aliada a renda familiar de forma particularizada, ou seja, por grupos com características semelhantes pois, na Cidade da Maxixe parte dos AF em SA, eram compostos por membros cujas actividades estavam ligadas ao sector primário (Pesca e agricultura), com o fim último de consumo e estes, apresentaram maior diversidade no consumo diário de alimentos.

As respostas dos AF participantes do estudo, revelam ainda que, 58,6% dos AF têm uma ingestão adequada de alimentos, porém a escolha da dieta alimentar de 27,6% é limitada a alguns alimentos, pela restrição monetária que possa garantir o acesso a produtos alimentares, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 4.3.3. Variedade de alimentos nos AF, nos últimos 3 meses, Maxixe, 2023

Característica	Frequência	Percentagem
A alimentação foi variada e tinha as comidas da preferência da família em quantidade suficiente	130	31,0
A comida foi suficiente, mas nem sempre tinha variedade	116	27,6
Algumas vezes não tinha o suficiente para comer	114	27,1
Frequentemente não tinha o suficiente para comer	60	14,3
Total	420	100.0

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos resultados do Inquérito

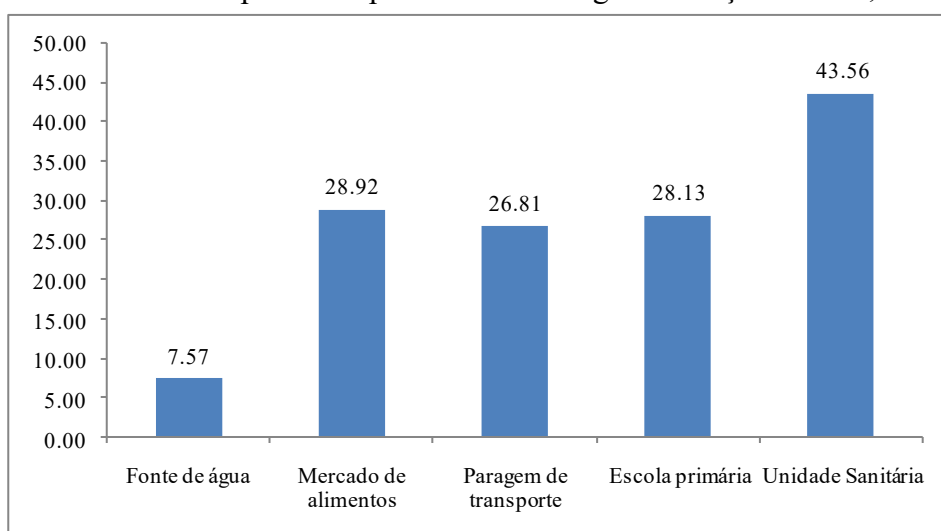
O acesso aos alimentos que se refere à capacidade de um indivíduo controlar os direitos que garantam a alimentação (Sen, 1980), tem nos factores económicos (renda), fortes determinantes, de Sakyi (2012), Sobrinho et al (2013) e Carvalho (2013) contudo, Coveney e O'Dwyer (2009), defendem a existência de outros factores intermédios que podem, também, influenciar negativamente o acesso aos alimentos e consequentemente a segurança alimentar. Um dos factores referidos pelos autores anteriormente citados, é o fraco acesso aos transportes pois, este pode dificultar o acesso a mercado de alimentos. Portanto, o acesso a alimentos é determinado por factores que vão além da actividade económica (Abrahamo, 2021).

O acesso aos cuidados de saúde, educação e outros serviços sociais, constituem determinantes próximos e intermédios da Segurança Alimentar e Nutricional e constitucionalmente, em Moçambique, todas as pessoas têm o direito ao acesso e uso de tais serviços contudo, na Cidade da Maxixe, apesar de ser um dos maiores centros urbanos da província, o acesso aos referidos serviços, ainda não é satisfatório. E para a compreensão da

SA na Cidade da Maxixe, foram recolhidos alguns factores intermédios, como complementares à renda. E este acesso a alguns serviços sociais básicos, foi definido pelo tempo, em minutos, que as pessoas levam para chegar aos serviços discriminados no gráfico 4.4.

Em média, os membros dos AF levam 44 minutos a pé para chegar a uma unidade sanitária. Esta média é fortemente influenciada pelos AF que não residem no centro da cidade, portanto, aqueles residentes nas áreas peri e suburbanas pois, tal como em outras cidades do país, a Cidade da Maxixe possui características rurais. Para o mercado de alimentos, paragem de transportes e escola primária, os AF levam mais de 20 minutos a pé, como atesta o gráfico abaixo.

Gráfico 4.3.2. Tempo médio para o acesso a alguns serviços básicos, Maxixe 2023



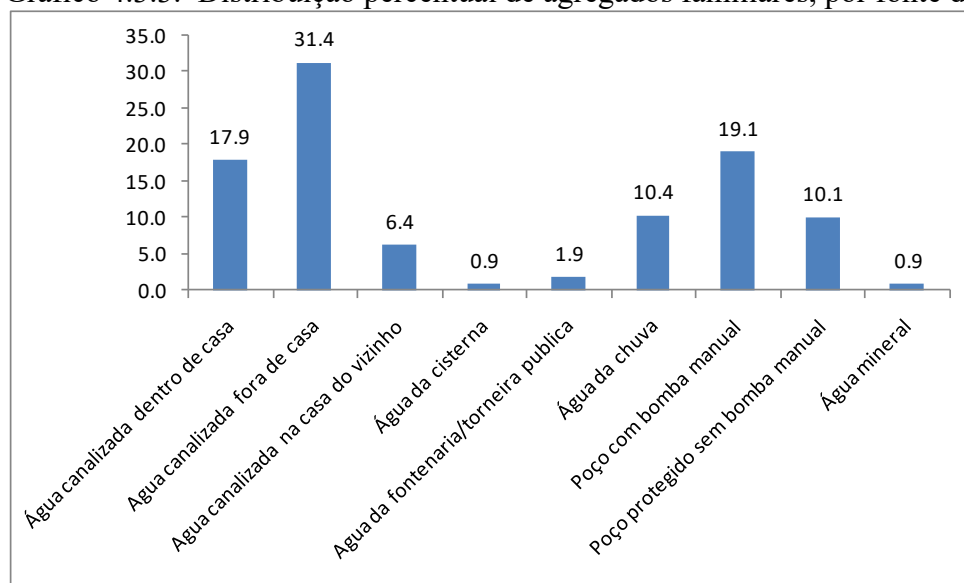
Fonte: Elaborado pela autora, com base nos resultados do Inquérito

As condições de vida dos AF são, também, medidas pelo acesso a serviços sociais básicos como água potável, corrente elétrica, educação, saúde, transporte, entre outros e tal como refere Germán, L. (2005, p. 17) “a qualidade de vida, como um dos grandes objectivos das políticas públicas está associada à satisfação das necessidades básicas que estão relacionadas com a existência e bem-estar dos cidadãos. A disponibilidade e acesso da população a tais serviços básicos é um elemento importante para se poder aferir o seu nível e qualidade de vida”.

O acesso a água é um bom indicador das condições de vida da população, e cada país tem de ter a capacidade de oferecer água em quantidade e qualidade à população e também para as actividades produtivas. Nesse sentido, o estudo recolheu dados sobre as fontes de água e a percepção sobre a qualidade da mesma.

O gráfico abaixo mostra que maior parte dos AF tem como principal fonte de água para beber, água canalizada (55,7%), seguido de furo/poço com bomba manual (19,1%). Relativamente a qualidade da água, 32,4% dos AF declarou não consumir água limpa, portanto, a água fornecida tem cheiro, é salobre, tem cor e sabor a ferro.

Gráfico 4.3.3. Distribuição percentual de agregados familiares, por fonte de água para beber.



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos resultados do Inquérito.

4.4. Perfil de consumo alimentar nos Agregados Familiares da Cidade da Maxixe.

A utilização de alimentos é de acordo com Abrahamo (2021), muito difícil de operacionalizar pois, ela abrange todos os factores que afectam o bem-estar nutricional de um indivíduo e ajudam a compreender a relação entre o consumo de alimentos e o bem-estar do indivíduo. A complementar, a FAO (2008) Sugere esses factores incluem o consumo de água potável, diversidade dietética e cuidados médicos.

Um dos aspectos que constituiu objecto deste estudo, é a questão do consumo de alimentos pelos agregados familiares pois, pode ser usado como “medidas *proxi* e os indicadores de receitas podem ser tomados para aferir os factores determinantes da insegurança alimentar”, segundo referem Oldewage-Theron, Discksb e Napierb (2006). Por essa razão, optou-se por avaliar a diversidade da dieta alimentar, a partir do conhecimento dos alimentos que compõem a dieta diária dos AF, contudo, este estudo não permite fazer uma inferência sobre a adequação quantitativa de energia, de macro e micronutrientes. Esta limitação foi compensada pelo conhecimento já disponível de que a dieta com maior diversificação dos alimentos, além de estar associada à adequação de nutrientes, também está associada à sua adequação energética. (Ruel MT, 2003)

O questionário da EBIA (usado para este trabalho), tem na sua maioria *itens* direccionados à análise quantitativa dos regimes alimentares. 11 questões desta escala, referem-se à escassez quantitativa de alimentos ou, fome total/global, segundo denominação de Josué de Castro (1957a; 1957b). Em contrapartida, as perguntas 3, 4 e 9 dizem respeito à diversidade de gêneros alimentícios consumidos, voltando-se assim, à qualidade dos alimentos.

A disponibilidade de alimentos é, no entanto um factor intrínseco de SA, estando atrelada a outros conceitos, como o Direito Humano a Alimentação Adequada –DHAA. No entanto, não somente importa a disponibilidade desses alimentos, como também a permanência do acesso e diversidade de alimentos disponíveis, assim como a sua relação com os indivíduos e a colectividade, deixando de lado a óptica apenas biológica e englobando factores socioeconómicos e culturais. (Lolli et al, 2020)

Com o objectivo de descrever a diversidade de alimentos de consumo diário nos AF em situação de Segurança e Insegurança Alimentar, o presente estudo efectuou a recolha de informações sobre o consumo diário de 9 grupos de alimentos recomendados pela OMS, nos 7 últimos dias anteriores ao inquérito. Optou-se por este indicador por se considerar uma *proxi* do consumo alimentar do AF e, por isso mesmo, assumido como possível de ser relacionados com os diferentes níveis de segurança alimentar no AF.

De acordo com o MISAU, o consumo mensal por agregado familiar, tem como cesta básica 3,0kg de arroz, 9,1kg de farinha de milho, 2,0kg de feijão seco, 0,5 kg de amendoim, 3,3kg de peixe seco, 0,5 litros de óleo, 1,2kg de açúcar, 1kg sal, 3,4kg de vegetais e 3,6 kg de frutas da época. No entanto, o salário mínimo em 2023 para o sector primário era de 5.800,00MT, numa altura em que o IOF 2022, revela que, em média, os AF a nível nacional, tiveram um gasto mensal de 8661MT e particularmente nas áreas urbanas de 12,548 Mt

A análise ao número de refeições diárias, e a percepção da suficiência, também foi com base na informação do respondente do AF.

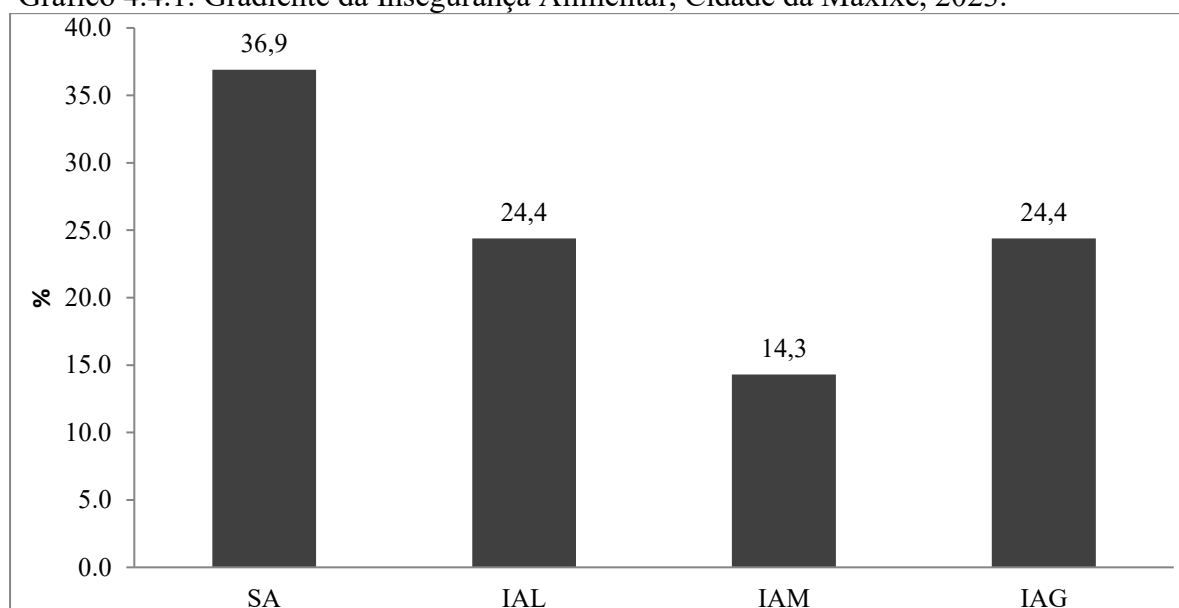
Optou-se por analisar apenas os AF que também tem membros menores de 18 anos (n=287), pois esta é a condição necessária para aplicação na totalidade da escala (EBIA) com 14 questões. Os AF sem membros menores de 18 anos, responderam a apenas 8 questões da EBIA e por isso não foram consideradas para a presente análise.

Os resultados do estudo mostraram que maior parte dos chefes dos agregados familiares estão afectos ao sector da agricultura e a pesca portanto, estão no sector primário. O comércio também constitui uma das actividades mais praticadas para o sustento das famílias na Cidade

da Maxixe. Portanto, a posse da terra, influencia positivamente a SA dos agregados familiares pois contribui fortemente para a renda e para os meios de subsistência e por conseguinte, a qualidade de vida dos mesmos. Isto foi notório na Cidade da Maxixe onde, a prática da agricultura, a criação de canteiros para o cultivo de vegetais e a pesca, contribuem em grande medida para a melhoria da dieta alimentar e SA.

Na Cidade da Maxixe, 36,9% dos 287 AF estudados (com membros menores de 18 anos de idade), está em situação de segurança alimentar (SA). Entre os AF que experimentavam a Insegurança Alimentar, 24,4% referiram algum comprometimento qualitativo da dieta alimentar por limitação financeira, assim como, a preocupação de ficar sem alimentos para suprir as necessidades dos membros do AF, num futuro imediato, o que indica insegurança alimentar, contudo, sem restrição quantitativa (IAL). A maior percentagem, 38,7% estava em situação de restrição quantitativa de alimentos tanto em adultos assim como em crianças, neste último estágio, 14,3% estão em IAM e 24,4% como ilustra o Gráfico 10 relativo ao Gradiente da insegurança alimentar.

Gráfico 4.4.1. Gradiente da Insegurança Alimentar, Cidade da Maxixe, 2023.



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos resultados do Inquérito

A nível global, o aumento da produção de alimentos processados, a rápida urbanização e a mudança de estilos de vida, levaram a uma alteração dos padrões alimentares, acompanhada por estilos de vida mais sedentários. (Press, 2000). Ao mesmo tempo, a globalização e o comércio livre aumentaram a presença de produtos alimentares processados/enlatados em países em desenvolvimento, sendo igualmente responsáveis pela alteração da procura nos

sistemas alimentares em todas as áreas urbanas dos países de baixa e média renda. (Popkin, Adair, & Ng, 2013).

De acordo com Neto (2014), a dieta moçambicana é pouco diversificada, devido à pouca quantidade e diversidade de alimentos disponíveis à generalidade da população. Ainda segundo a autora, no período de 2005-2007 o índice de diversidade da dieta moçambicana era de 21%. Esta dieta, era caracteriza pelo enorme consumo de cereais e raízes de plantas ricas em amido (79% dos produtos consumidos são destes grupos) e pelo baixo consumo de produtos animais, fruta e vegetais (2% dos produtos consumidos são destes grupos). Todos estes factores fazem da dieta moçambicana, uma dieta muito pobre em micronutrientes essenciais (FAO, 2011).

Comparando o consumo alimentar entre as 4 categorias de segurança alimentar, na Cidade da Maxixe, ilustradas no quadro 4.5, verifica-se que o maior consumo de quase todos os grupos de alimentos, foi relatado pelos informantes de AF em SA, decrescendo entre os AF em IAL e diminuindo mais ainda, entre os AF que apresentaram IAG contudo, do observado tanto os AF em SA quanto os que estavam em insegurança alimentar, em geral, consumiam o mesmo grupo de alimentos e se diferenciavam pela frequência de consumo. Um dos factores que garantem a melhoria da SA nos agregados familiares estudados, é o consumo diversificado de legumes e vegetais e por isso, o cultivo deste tipo de alimentos é importante para assegurar a disponibilidade dos mesmos.

Analisando os grupos de alimentos, observou-se ainda que, os lacticínios, consumidos por menos de 40% em todas as categorias, são os alimentos menos consumidos. Contudo, a proporção de AF em SA que consome lacticínios é 4 vezes maior que os AF em IAMG. Ainda nesta categoria, apenas 22% dos AF referiu consumo diário de lacticínios.

A grande maioria dos AF em todas as categorias de SAN/InSAN refere o consumo diário de alimentos densamente energéticos como os cereais, óleo e açúcar. E apesar de os AF, classificados em SA relatarem uma dieta mais diversificada, igualmente apresentam inadequações qualitativas na sua dieta alimentar, considerando por exemplo que uma percentagem considerável não consome fruta diariamente.

As frutas e vegetais são componentes importantes de uma dieta saudável e o seu reduzido consumo, pode estar associado a problemas de saúde e ao aumento de Doenças Não Transmissíveis (DNT). No geral, apenas 18,8% consumiu frutas e o número de pessoas em SA que consomem frutas, é duas vezes maior que os AF em IAG. Facto semelhante foi observado

para o grupo de óleos onde os AF em SA tem 3 vezes mais chances de consumi-los, comparativamente aos AF em IAG. 35% dos AF referem ter consumido vegetais e 36% consumiu legumes diariamente, facto que se assemelha ao que acontece no resto do país onde, de acordo com o MISAU/Departamento de Nutrição (2018), o baixo consumo de frutas e vegetais e o baixo consumo de peixe são factores de risco alimentar em Moçambique.

Em consequência deste tipo de dieta, parte considerável da população em Moçambique, também enfrenta problemas de fome oculta. Em 2013, o país obteve um Índice de Fome Oculta de 51, o que corresponde a uma severidade da fome oculta vivida extremamente alarmante. Este valor é de tal forma elevado que entre os 149 países que fazem parte do ranking, Moçambique ficou em 5º lugar. (Muthayya et al., 2013)

É importante referenciar que apesar de maior parte dos produtos que compõem os grupos de alimentos recomendados pela OMS e pelo MISAU, serem maioritariamente comprados, 28,6% dos agregados familiares referiu consumir tubérculos produzidos em suas próprias machambas, 23% produziu leguminosas, 61% dos legumes consumidos, eram igualmente produzidos em machambas próprias. 40,4% das frutas eram tiradas das árvores no quintal, 16% dos AF consumiram peixe por eles pescados. Estes resultados, mostram uma vez mais, o grande papel do acesso a terra e outros recursos do sector primário, para a disponibilidade de alimentos no agregado familiar. Os resultados deste estudo permitem referir que (i) apesar das dificuldades, os agregados familiares da Cidade da Maxixe têm capacidade de subsistir e resistir aos principais choques (secas e flutuações dos preços) que dificultam o acesso e consumo de alimentos contudo, (ii) percebe-se que durante os momentos de escassez e consequentemente, fome, muitos agregados familiares para além de reduzir o consumo de alimentos, também consomem sementes reservadas ao plantio, o que, no entender de Abrahama (2021) reduz o acesso a alimentos e por isso, a capacidade de consumo

Quadro 4.4.1 Características de consumo diário de alimentos pelo informante da família, apresentadas segundo categorias de segurança/insegurança alimentar, Maxixe, 2023.

Grupos de produtos	SA%(a)	IAL	IAM%	IAG%(b)	(a/b)
Cereais (pão, shima, esparguete, biscoitos, bolachas ou qualquer comida feita com base em milho ou trigo)	100,0	100,0	95,1	82,9	1,2
Raízes e tubérculos (Batata reno, batata doce, inhame, mandioca ou qualquer comida feita com base em Raízes e tubérculos)	56,1	58,6	56,1	38,6	1,5
Leguminosas	100,0	95,7	90,2	65,7	1,5
Vegetais	98,1	100,0	100,0	87,1	1,1
Frutas	86,8	85,7	75,6	47,1	1,8
Carne/Peixe/ovo	83,0	88,6	65,9	54,3	1,5
Lacticínios (Queijo, leite ou outro derivado)	49,1	34,3	7,3	14,3	3,4
Óleos e Gorduras/manteiga/margarina/banha	84,9	77,1	56,1	31,4	2,7
Açúcar e/ ou mel, cana-de-açúcar	98,1	100,0	100,0	82,9	1,2

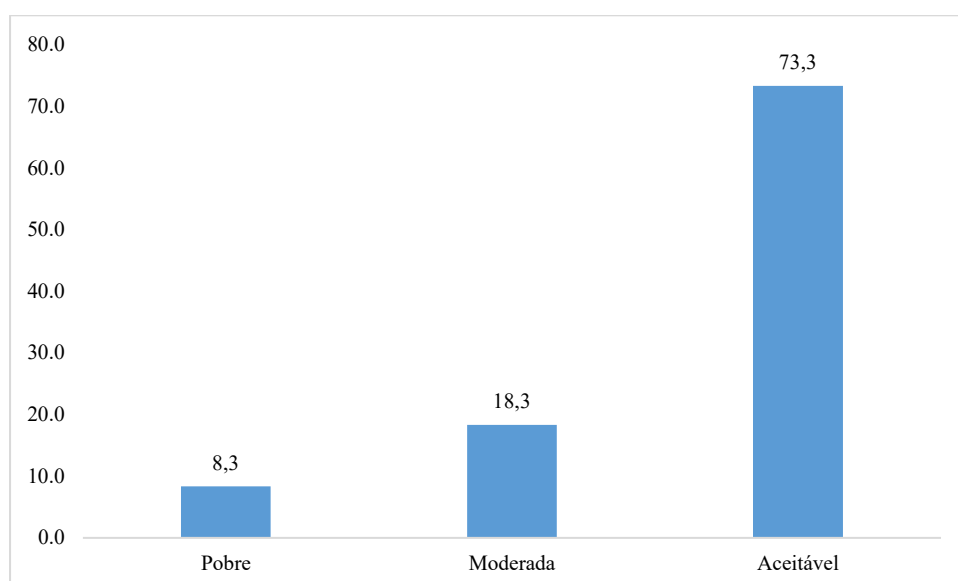
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do inquérito

Os métodos para mensurar o consumo alimentar são, no entanto, vastos e muitas vezes devem combinar a facilidade na avaliação, a validade e a precisão uma vez que a dieta pode variar de dia para dia ou de semana para semana em virtude da proximidade ou não do período em que se aufera o salário, o período da semana (meio ou final de semana), etc.

O FCS, usado pelo SETSAN nos estudos sobre segurança alimentar em Moçambique foi igualmente usado para complementar os resultados trazidos a partir da EBIA.

De acordo com os dados de consumo alimentar obtidos a partir da totalidade do consumo dos 287 AF, verifica-se que no período em referência, 73,3% dos AF teve um consumo alimentar aceitável, uma melhoria no índice de consumo alimentar, se comparado aos resultados apresentados pelo SETSAN (2021) onde, para a Cidade da Maxixe o índice aceitável situou-se em 66%.

Gráfico 4.4.2. Índice do consumo alimentar dos AF, Maxixe 2023



Fonte: Elaborado pela autora, calculado com base nos dados do inquérito realizado aos AF

Embora a SA não seja o único condimento para a erradicação da pobreza, é importante que o desenho de estratégias de combate a pobreza e o desenho de políticas que visem garantir a segurança alimentar não estejam dissociadas pois, a pobreza e a desnutrição são, entre outros, manifestações visíveis da insegurança alimentar e da fome. Fome esta, que faz com que os pobres gastem todos os seus recursos exclusivamente para despesas de consumo alimentar. Citando Sachs (2005, p. 285) a fome e a InSAN, são fortes indicadores do padrão de vida de uma sociedade.

Tal como refere o IOF 2022, cerca de 38% das despesas realizadas pelos AF, em todo o país, foram direccionadas para a aquisição de alimentos e bebidas não alcoólicas e representam um aumento em 3,1 pontos percentuais relativamente a 2014/15. Na Cidade da Maxixe, o cenário é semelhante ao nacional onde, as despesas para a aquisição de produtos alimentares representam uma parcela significativa no orçamento familiar e tiveram um peso muito distinto na estrutura de despesas dos AF nas três categorias de análise (SA, IAL e IAMG).

Esse comprometimento está acima de 50% do total da renda em 95,2% dos AF em IAM e IAG. Nesta categoria, 40% dos AF usam 100% dos seus rendimentos apenas para a aquisição de produtos alimentares. Este facto comprova a abordagem de Ferreira (2018) segundo a qual “...encontrar alimentos a preços acessíveis, que promovam a saúde e a boa nutrição, para uma população mundial em crescimento, permanece um grande desafio internacional...”

Ainda neste grupo de AF em IAM e IAG, 49,5% do total dos AF se endividou e a maior causa do endividamento, 40,5%, foi a aquisição de produtos alimentares. Estes problemas enfrentados pelos AF em IAM e IAG, que muitas vezes é resultado do alto custo dos produtos alimentares relativamente à disponibilidade orçamental pode, além de comprometer a própria alimentação, comprometer o acesso a outros bens e serviços essenciais a uma vida digna e de qualidade. (Panigassi, 2002)

Comparando os grupos de segurança/insegurança alimentar deste estudo, percebe-se que existem diferenças entre eles quanto a oportunidade de realizarem as 3 principais refeições do dia. A grande maioria dos AF declarou ter feito duas refeições principais nas últimas 24 horas, contudo, há distinção quando são consideradas essas frequências nas diferentes categorias de Segurança/Insegurança Alimentar. Entre os AF em IAM e IAG, 4,9% e 5,7% respectivamente, tiveram as 3 refeições e houve 2,9% que declarou não ter realizado nenhuma refeição, nas últimas 24 horas, média superior à da província (0.2%) apresentada pelo IOF, 2022. Observa-se assim, uma diferença significativa com os AF em SA, onde, 73,6% declarou ter três ou mais refeições nas últimas 24 horas. Apesar das restrições quantitativas e qualitativas, 51,4% dos AF em IAL teve três ou mais refeições.

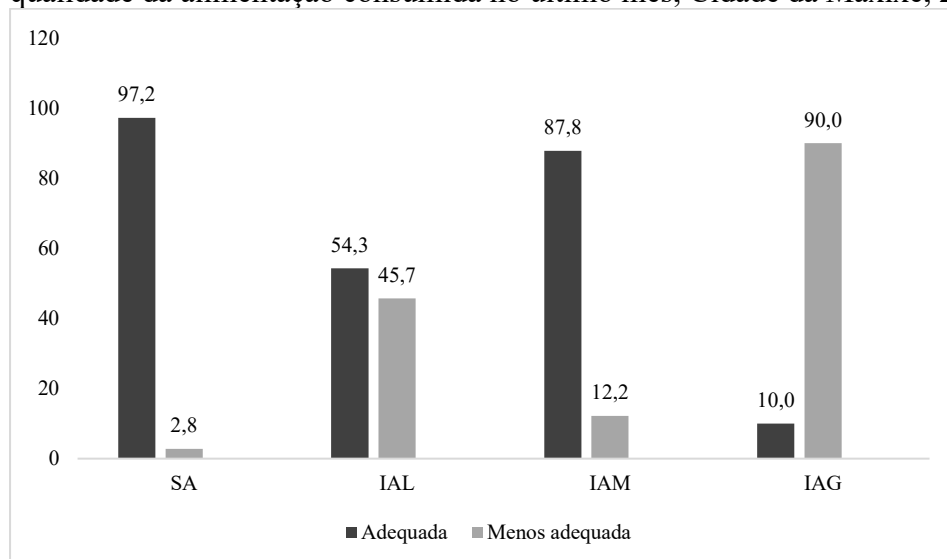
Quadro 4.6. Proporções de AF que realizam as 3 principais refeições do dia por categoria de segurança/insegurança alimentar, Cidade da Maxixe, 2023.

Número de refeições	SA	IAL	IAM	IAG
Nenhuma	0	0	0	2,9
Uma	0	0	14,6	28,6
Duas	26,4	48,6	80,5	62,9
Três ou mais	73,6	51,4	4,9	5,7

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos resultados do Inquérito

Da percepção dos AF em relação a qualidade alimentar, em todas as categorias houve AF com a percepção de que tiveram refeições pouco adequadas, contudo, os AF em SA, tiveram a menor percentagem (2.8%) e a maior foi verificada em AF com IAG com 90%.

Gráfico 4.9. Distribuição percentual de agregados familiares, por opinião em relação a qualidade da alimentação consumida no último mês, Cidade da Maxixe, 2023.



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos resultados do Inquérito

Relativamente a situação económica dos agregados familiares na Cidade da Maxixe foi possível observar que, a maior parte dos agregados familiares considera que a sua situação económica está muito pior agora. Esta situação foi comparada ao resto da província e do país, onde maior parte dos AF declararam, de acordo com o IOF (2022), continuar na mesma situação em relação ao ano anterior à entrevista.

Quadro 4.7. Distribuição percentual de agregados familiares por percepção em relação à situação económica do agregado familiar há um ano, segundo área de residência

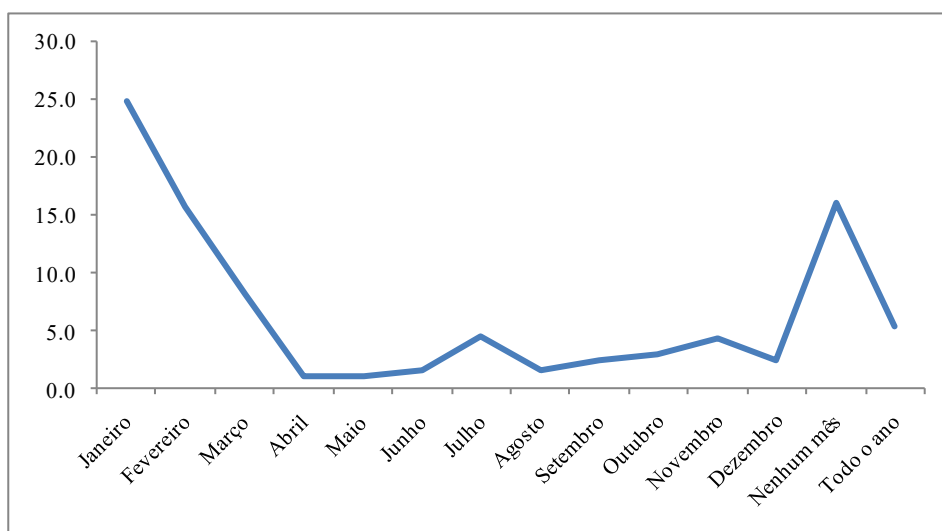
Área	Está na mesma	Muito melhor agora	Muito pior agora	Pior agora	Pouco melhor agora
Maxixe	16.2	1.4	41.9	20.3	6.8
Inhambane	32.9	0.9	23.9	29.9	12.2
Moçambique	43.6	0.8	14.4	29.3	11.6

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos resultados do Inquérito

Por forma a compreender a estrutura que caracteriza a variação do consumo de alimentos pelos agregados familiares ao longo do 12 últimos anteriores ao estudo, os agregados familiares foram questionados sobre os meses em que tiveram dificuldades de obter e ou não tiveram alimentos suficientes para atender as necessidades alimentares dos AF. Esta informação permitiu compor os dados para o indicador MAHFP (*Months Adequate Household Food Provisioning*) que ajudou a verificar a existência ou não, de flutuações nos níveis de segurança alimentar ao longo do ano. O Gráfico 4.10, apresenta a frequência de problemas de alimentação por falta de dinheiro ou outros recursos nos últimos 12 meses anteriores a entrevista. A percentagem de agregados familiares que experimentaram problemas de

alimentação é mais alta nos três primeiros meses do ano. O segundo trimestre registou as menores frequências de problemas de alimentação e o mês de janeiro foi o mais crítico. Pode-se notar ainda que, 16% dos agregados familiares não teve problemas de alimentação por falta de dinheiro ou outros recursos ao longo do período em referência e 5,2% teve dificuldades ao longo de todo o período, ver Gráfico 4.

Gráfico 4.10. Percentagem de agregados familiares que tiveram problemas de alimentação nos 12 meses anteriores à entrevista.



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos resultados do Inquérito

Insegurança Alimentar, como um indicador para medir a iniquidade entre os Agregados Familiares na cidade da Maxixe.

As desigualdades sociais entre os países, medidas pelas diferenças de escolaridade, rendimento e esperança de vida, tem uma tendência de melhoria. Apesar das melhorias, Moçambique ocupa uma das 10 piores posições do *ranking*, segundo medida decrescente de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a 185ª posição no ranking mundial, com um IDH de 0,446 em 2021.

O estabelecimento de indicadores de avaliação da desigualdade têm sido objecto de estudo de em diversas áreas socioeconómicas como, a educação, saúde e economia, em Moçambique. Apesar de se concordar com a forte influência do IDH, sobre a polarização do perfil social da população, acredita-se existir outras condições que se assemelham às desigualdades, cujas representações sociais estão associadas a estigmas, de que são vítimas,

como exemplos, o sexo do chefe do AF (mulheres), a idade do chefe do AF (idosos), entre outros.

Considerando que a desigualdade social reflecte as diferenças produzidas socialmente, chega-se ao conceito de iniquidade social, aplicável à situação de insegurança alimentar de acordo com Panigassi (2004), assumindo, deste modo, que a iniquidade na segurança alimentar se refere as diferenças de acesso aos alimentos e à alimentação saudável, condições essas socialmente produzidas e que impactam negativamente no bem-estar e na qualidade de vida dos AF.

Visando investigar a magnitude das desigualdades sociais nos diferentes níveis de segurança e insegurança alimentar, o estudo trouxe um conjunto de factores/variáveis relacionados à insegurança alimentar, entre eles, a composição do AF, chefia do AF, nível de escolaridade do chefe do AF, rendimentos, saneamento e características do AF.

Considerando os resultados do inquérito feito aos AF, encontrados no quadro abaixo, havia em média 4,1 pessoas por Agregado Familiar contudo, a pesquisa mostrou o peso que a variável “tamanho do agregado familiar” tinha para o nível de SA e como aponta Paddy (2003), quanto maior for o tamanho do AF, maior será a pressão sobre os recursos para o consumo. Portanto, o AF torna-se mais vulnerável à InSAN à medida que aumenta o tamanho do seu AF, havendo assim, uma correlação negativa entre o tamanho do AF e a SA à medida que o tamanho aumenta.

Com relação à educação, 15% dos chefes dos AF não eram alfabetizados e apenas 7.8% possuía o nível superior e, nos AF que estavam no estágio de IAG, não havia nenhum chefe com nível superior. Olhando para as categorias de segurança/insegurança alimentar, notou-se que quanto menor o nível de ensino do chefe do AF, maior a prevalência da situação de insegurança alimentar. E como refere Omoemu et al (2012) a escolaridade baixa ou intermediária, pode limitar a inserção no mercado de trabalho formal, que poderia garantir maior estabilidade financeira e, consequentemente, maior acesso à alimentação e a melhores condições de vida.

A maior percentagem de chefia por mulheres (47,3%) foi observada em AF com insegurança alimentar leve.

Quadro 4.8. Composição do agregado familiar, por categoria de segurança/insegurança alimentar, Maxixe, 2023.

Característica	Geral	SA	IAL	IAG
Número médio de pessoas no AF	4.1	4.0	3.5	4.8
Número médio de compartimentos no domicílio	2.7	3.1	2.7	1.5
% de chefes de AF alfabetizados	85.0	89.5	83.8	83.1
% de chefes de AF com nível superior concluído	7.8	16.1	6.1	0.0
% de chefes de AF do sexo feminino	42.9	41.3	47.3	32.2

Fonte: Elaborado pela autora, com base no inquérito feito aos AF

Assim como em estudos similares, alguns factores sociais como a idade do chefe do AF, o sexo, a alfabetização, o rendimento e a existência de menores no AF, foram relacionados à situação de SA/InSAN, como ilustra o quadro abaixo.

A situação da insegurança alimentar, nas suas diferentes formas, foi observada em 66% dos AF, destes, 35.2% estavam em IAL representando a dimensão psicológica associada a redução da qualidade nutricional da alimentação do AF, 25.7% em IALe os remanescentes 21% em IAG, mostrando desta forma o número significativo de AF em situação de vulnerabilidade no maior centro urbano da província de Inhambane.

Há um conjunto de factores associados a SA/InSAN, de entre elas, o rendimento do chefe do AF, a existência de menores de idade, e o nível de escolaridade mais alto frequentado. Foram igualmente relacionadas as variáveis idade e sexo do chefe do AF e o tamanho do próprio AF, como as que podem influenciar a SAN/InSAN na Cidade da Maxixe. Parte das variáveis analisadas, mostraram-se associadas a situação de insegura alimentar leve e insegurança alimentar moderada e grave, no modelo escolhido.

A variável sexo (sexo do chefe do AF) tem um papel importante na variação dos níveis de Segurança alimentar, segundo refere Abrahamo (2021). Facto é que, nas áreas urbanas com características rurais a que se referou Araújo (1999), as mulheres desempenham um grande papel na garantia da segurança alimentar uma vez que, são as responsáveis pela garantia do fornecimento de alimentos à família, por meio da agricultura bem como, pela preparação de alimentos contudo, são as que menos acesso aos recursos e ao poder de decisão tem, se comparadas aos homens (Mbukwa, 2013 citado por Abrahamo, 2021).

Analisando a SA por sexo do chefe do agregado familiar, observou-se que, os AF chefiados por homens, tem em média, níveis mais altos de SA (35%), em relação as mulheres

(32%). Esta constatação corrobora com as análises de Riley e Caesar (2018) em Moçambique e China e por Felker-Kantor e Wood (2021) no Brasil, cuja principal constatação foi a de que os agregados familiares chefiados por mulheres, são mais propensos a Insegurança Alimentar, do que, os chefiados por homens.

Apesar dos detalhes acima mencionados, não se registou diferenças significativas entre a SAN/InSAN em AF chefiados por homens e mulheres e por isso, de acordo com o teste de Chi-Quadrado feito, a um nível de significância de 0.05, esta variável não está associada a segurança alimentar dos AF, uma vez testada a hipótese nula de casualidade, de não associação, com $p\text{-value}=0.481$ não se rejeitou a hipótese nula.

Quadro 4.9 Distribuição percentual dos AF por sexo do chefe do agregado familiar, segundo níveis de InSAN

Características		Estágio de Segurança Alimentar				
		SA	IAL	IAM	IAG	P-value
Sexo do Chefe do AF	Masculino	58.7	52.7	67.8	51.4	0.175
	Feminino	41.3	47.3	32.2	48.6	
	Total	100	100	100	100	

Fonte: Elaborado pela autora, com base no inquérito feito aos AF

As chances de IAG diminuía a medida que o nível de escolaridade aumentava. Portanto, quanto menor o nível de escolaridade do chefe do AF, maior são as chances de IAL/IAM/IAG. Assume-se que a baixa escolaridade pode limitar a inserção no mercado de trabalho formal que em alguns casos garante alguma estabilidade financeira e consequentemente, o acesso a melhores condições de vida que inclui a alimentação adequada.

A escolarização do chefe do AF influencia na SAN/InSAN, facto comprovado com o teste de chi-quadrado realizado a 95% de confiança, que testou a relação de casualidade entre o nível mais elevado do chefe do AF com a segurança alimentar, resultando em um $p\text{-value}=0.000$, rejeitando a hipótese nula, indicando associação entre a segurança alimentar e o nível mais elevado alcançado pelo chefe do AF. Os dados mostraram que 75.4% dos chefes dos AF não alfabetizados, se encontravam em algum tipo de InSAN, seja leve ou média e grave. O nível de ensino concluído comprova este aspecto, e quanto maior for, melhor são as condições de SAN. Chefes sem nenhum nível concluído e os que apenas concluíram o EP1 são a maioria. 2 respondentes não sabiam se o chefe do agregado era ou não alfabetizado, e todos esses estavam em situação de insegurança alimentar leve.

Quadro 4.10 Distribuição percentual dos AF por níveis de escolaridade, segundo níveis de InSAN

MSAN

Características		Estágio de Segurança Alimentar				
		SA	IAL	IAM	IAG	P-value
Condição de Alfabetização do chefe do AF	Sim	89.5	83.8	83.1	80	0.271
	Não	10.5	14.9	16.9	23.7	
	Não Sabe	0	1.4	0	0	
	Total	100	100	100	103.7	
Nível mais alto frequentado pelo chefe do AF	Alfabetização	1.4	1.4	0	0	0
	EP1	19.6	17.6	30.5	44.3	
	EP2	20.3	33.1	13.6	8.6	
	ESG1	8.4	9.5	27.1	18.6	
	ESG2	19.6	17.6	8.5	7.1	
	Licenciatura	16.1	6.1	0	1.4	
	Mestrado	1.4	0	0	0	
	Não sabe	2.8	1.4	3.4	0	
	Nunca frequentou	10.5	13.5	16.9	20	

Relativamente a idade do chefe do AF, o estudo estratificou os chefes em três grupos etários nomeadamente, jovens (18 a 35 anos), adultos (36 a 64 anos) e idosos (65 e mais anos). Se a IAL, foi maioritariamente verificada na faixa etária dos idosos, as IAM e IAG, incidiram mais sobre os AF chefiados por jovens.

Quadro 4.11 Distribuição percentual dos AF por idade do chefe do agregado familiar, segundo níveis de InSAN

Características		Estágio de Segurança Alimentar				
		SA	IAL	IAM	IAG	P-value
Idade do chefe do AF	18 a 35 anos	28	18.9	27.1	27.1	0.454
	36 a 64 anos	56.6	61.5	55.9	58.6	
	65 anos ou mais	14	19.6	16.9	14.3	
	Nao sabe	1.4	0	0	0	

Fonte: Elaborado pela autora, com base no inquérito feito aos AF

Segundo Garet e Ruel (1999), o acesso de um agregado familiar a alimentos, depende, por um lado, da capacidade que este tem de compra-los e, por outro, da posse ou acesso a terra para produzir a comida de que necessita. Para a variável rendimento do chefe do AF, foi recolhida a informação sobre as receitas em espécie e de autoconsumo. O estudo teve a fragilidade de não valorar os produtos de autoconsumo como se faz em outros estudos como o

Inquérito sobre o Orçamento Familiar, realizado pelo INE, ao mesmo tempo que 13.5% dos respondentes não conseguiu referenciar a renda mensal do chefe do AF.

A maior parte dos AF com rendimentos iguais ou superiores a dois salários mínimos, estavam em SA, todavia, de entre os que recebiam um salário mínimo, 72.7% estavam igualmente em SA. Esse quadro pode estar relacionado ao facto de que muitos AF, não obstante disporem de escassos recursos monetários, podem prover parte dos seus produtos de subsistência desenvolvendo outras actividades de autoconsumo como machambas e criação de animais, estratégia esta observada em parte considerável dos AF da área periurbana e suburbana da Cidade da Maxixe.

41% dos AF sobrevivem com menos do que um salário mínimo e dentre estes, 43% estão em IAM e IAG, mostrando desta feita, que a renda, pode constituir como refere Abrahamo (2021), com quem concordamos, um factor limitante da capacidade de acesso a alimentos, o que por sua vez, pode influenciar nos níveis de segurança alimentar e por conseguinte, de insegurança alimentar, facto comprovado pelo teste de Chi-quadrado a 95% de confiança, da hipótese nula de casualidade entre a variável rendimento familiar e segurança alimentar, pelo qual, o resultado de $p\text{-value} = 0.00$ indicou que o nível da segurança alimentar está associada ao rendimento familiar.

Quadro 4.12 Distribuição percentual dos AF por rendimento (expressa em salário médio) do chefe do agregado familiar, segundo níveis de InSAN

Características		Estágio de Segurança Alimentar				
		SA	IAL	IAM	IAG	P-value
Rendimento do chefe do AF	Salário Mínimo	5,6	1,4	1,7	0,0	0
	Menos do que um SM	22,4	45,3	52,5	61,4	
	Dois ou mais SM	30,1	15,5	8,5	2,9	
	Mais do que 1 e menos do que 2 SM	7,0	6,8	13,6	0,0	
	Não sabe	14,0	10,8	20,3	12,9	
	Consumo	18,2	10,8	3,4	22,9	
	Não tem rendimentos fixos	2,8	9,5	0,0	0,0	

Fonte: Elaborado pela autora, com base no inquérito feito aos AF

A densidade domiciliar, ou seja, o número de membros no AF, mostrou-se ser uma condição de vulnerabilidade a InSAN. Quanto mais elevado o número de membros do AF, maior o risco de comprometimento da quantidade e qualidade de alimentos, posição igualmente defendida por Hoffmann (2008) segundo o qual, um número maior de indivíduos a residir no

mesmo local leva a dificuldades na aquisição de alimentos em quantidade e variedade e pode agravar a saúde dos seus habitantes. Esse quadro pode se agravar quando existem menores no AF e de acordo com os dados do estudo, 38.7% dos AF em IAG possuíam membros menores de idade.

Quadro 4.13 Distribuição percentual dos AF por existência de crianças no agregado familiar, segundo níveis de InSAN

Características		Estágio de Segurança Alimentar				
		SA	IAL	IAM	IAG	P-value
Têm Crianças	Sim	74.1	47.3	69.5	100	0
	Não	25.9	52	30.5	0	
	Total	100	100	100	100	

CONCLUSÃO

Maxixe é uma cidade, como outras do país, onde as desigualdades socioeconómicas constituem a principal característica. Os resultados aqui apresentados mostram que mais de 60% dos AF sofrem algum tipo de insegurança alimentar sendo que predomina mais a preocupação de que os alimentos venham a acabar antes de possuir dinheiro ou outros meios para adquirir mais alimentos (IAL) 25.7% ao mesmo tempo que 21% dos AF se encontram no estágio de IAG.

Pelos dados obtidos a partir deste estudo pode-se observar que a Insegurança Alimentar não deve ser apenas considerada um problema dos AF das zonas oficialmente designadas rurais visto que, tal como na grande maioria das cidades moçambicanas, a Cidade da Maxixe tem características rurais, apesar de ser maior centro urbano da província.

Cerca de 42% dos Agregados familiares na Cidade da Maxixe, referiu ter enfrentado dificuldades referentes à quantidade dietética. Estes AF declararam ter deixado de fazer algumas refeições ou ter comido menos do que achou que devia por falta de dinheiro ou outros meios. Em associação à quantidade, 32.5% teve restrições qualitativas, com uma frequência de 1 a 2 dias, no período de referência, tendo deste modo consumido apenas alguns produtos alimentares e não conseguido oferecer uma dieta saudável e variada tanto aos adultos assim como às crianças e adolescentes, por falta de dinheiro ou outros meios de aquisição de alimentos.

A percepção das condições de acesso aos alimentos em quantidade e qualidade adequadas, por parte dos membros dos AF na Cidade da Maxixe, constituiu um indicador de insegurança alimentar que associado a outras variáveis como a baixa renda, alta densidade demográfica no AF, baixa escolaridade, reforça a questão de iniquidade na distribuição da riqueza produzida no país assim como no acesso aos recursos disponíveis.

O alto custo dos produtos alimentares para grande maioria dos AF foi um dos aspectos observados. Uma vez que as despesas com alimentação são responsáveis pelo uso de mais de metade nos AF em SA, e na totalidade do orçamento mensal do chefe do AF nos AF em IAG e IAM, concluiu-se haver uma relação inversa entre os níveis de segurança alimentar e o percentual de comprometimento dos orçamentos familiares.

Associado aos factores acima descritos, a densidade do AF, mostrou-se muito influente na condição de SA. Se os AF em SA tinham uma média de 2.1 membros, os que estavam em

IAG tinham uma média de 4.9 e como referem autores como Hoffmann (2008), um maior quantitativo de membros que residem no mesmo AF, implica em maiores dificuldades na aquisição de alimentos, seja em qualidade ou quantidades, criando assim ou agravando a saúde dos seus habitantes.

Relativamente ao número de refeições diárias, maior parte dos AF referiu consumir pelo menos 2 refeições diárias. Esta frequência sofre redução com o agravamento do estágio da insegurança alimentar e nesta sequência, os AF em IAM e IAG, com restrições quantitativas e qualitativas apresentam uma dieta monótona, caracterizada pelo consumo de alimentos energéticos. Ora, estes grupos consomem 4 vezes menos lacticínios, 2 vezes menos frutas, se comparados aos AF em SA.

Não obstante o acesso garantido de alimentos para mais de metade dos AF, a dieta saudável não está assegurada em todos AF, o que reforça a necessidade de se incentivar cada vez mais acções de capacitação com vista a promover uma alimentação balanceada e saudável, para além de apoiar aos AF na elaboração de estratégias de sobrevivência face aos diferentes impactos económicos, climáticos e sociais sobre a qualidade dietética.

É importante referenciar que, apesar de a renda ser um factor que influencia em grande medida a SAN/InSAN, em alguns AF mostrou-se insignificante pois, havia outras fontes de subsistência que incluíam as machambas e a criação de gado, características encontradas nas zonas periurbanas e suburbanas da Cidade da Maxixe.

Apesar de haver alimentos suficientes para saciar as carências nutricionais à escala global, as disparidades entre diferentes classes sociais ainda é maior levando à conclusão de que insegurança alimentar portanto, está intimamente ligada à desigualdade no acesso aos alimentos, condicionados muitas vezes pela renda salarial.

Não há dúvida dos progressos do país rumo à erradicação da fome, contudo, pelo estágio actual de luta contra a fome, há ainda a necessidade de realizar transformações estruturais que permitam a interrupção do ciclo gerador de fome, e que possam tornar a questão da alimentação, um direito humano fundamental não só nas zonas rurais, como também nas urbanas, tendo em consideração que o futuro da população moçambicana no geral e de Inhambane em particular, é a urbanização.

Referências consultadas

1. Abrahamo, E. A. “Análise comparativa dos níveis de insegurança alimentar na Cidade de Maputo dos anos de 2008 e 2014”, (2015), Dissertação de Mestrado em População e Desenvolvimento Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de Geografia, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo Moçambique.
2. Abrahamo, E. A., (2021) “A Segurança Alimentar na Cidade de Maputo: Caso dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe”, Tese de Doutorado em Desenvolvimento e Sociedade, Faculdade de letras e ciências sociais do departamento de sociologia, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique.
3. Alkire, S. & Santos, M. E. (2010). Acute Multidimensional Poverty: A New Index for Developing Countries. Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI). Working paper, 38.
4. Andrade D.A. Avaliação da situação de insegurança alimentar em uma comunidade quilombola de Sergipe. *Segur. Aliment. Nutr.* 2017;24(2):125-140.
5. Bickel GW, Nord M, Price C, Hamilton W, Cook J. Measuring food security in the United States. Guide to measuring household food security. Revised 2000. Alexandria: United States Department of Agriculture; 2000.
6. Burlandy, C. (2007). Segurança Alimentar e nutricional: concepções e desenhos de investigação. SIGMA. UFRJ. DOCUMENTA.
7. Castro, J. de. Geografia da Fome. 5ª Edição. São Paulo. Editora Brasiliense, 1957a.
8. Castro, J. de. Geografia da Fome. 4ª Edição. São Paulo. Editora Brasiliense, 1957b.
9. Coutinho, G. R. Santos, S. M.C. Gama, C. M. Silva, S. O. Santos, M. E. P. Silva, N. J. Factores demográficos e socioambientais associados a insegurança alimentar domiciliar nos diferentes territórios da cidade de salvador, Bahia, Brasil. *Cadernos de saúde publica* 2022. DOI: 10.1590/0102-311XPT280821
10. Corrêa, A. M. S. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 143-154, ago. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000200012>. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/8qc_pvbznZrdrvRXbHRJ76mg/?lang=pt. Acesso em: 8 ago. 2022.
11. Correia, A. M. & Cabral, M. H. (2013). Do desenvolvimento à alimentação e da alimentação ao desenvolvimento. In: Santos, J. L., Carmo, I., Graça, P. & Ribeiro, I.

- (AD) O Futuro da Alimentação: Ambiente, Saúde e Economia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (pp. 92-94).
12. Crush, J. & Frayne, B., (2011) Urban Food insecurity and the new international food security agenda. *Development Southern Africa*. 28, 4.
 13. FAO (2021). Relatório sobre Estado de Segurança Alimentar e Nutricional no mundo, 2021.
 14. Flávio, S. A.; Nádia V. C.; Cláudio B; segurança alimentar e desenvolvimento sustentável: entre mitos e realidades, *Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, Araraquara, v.7, n.1, jul./dez. 2013.
 15. Fortin, M.-F., Côté, J. & Vissandijé, B., (1999). O Processo de investigação Científica: da concepção à realização. Loures: Lusociência.
 16. Frankenberger, R., (1995) Meios de subsistência dos Agregados Familiares e segurança Alimentar: uma estrutura conceitual unificadora. Notas do workshop da USAID sobre desempenho para medição de segurança alimentar, dezembro, 11-12, 1995.
 17. Frayne, B. Pendleton, W., Crush, J. & Acquah, B., (2010). The State of Urban Food Insecurity in Southern Africa. Urban Food Security Series Nº 2. Queens's University and AFSUN: Kingston and Cape Town
 18. Giannini A, Ilboudo N. EK, Ba D e Ndiaye O (2021) Estratégias de meios de subsistência moldam a vulnerabilidade da segurança alimentar das famílias ao clima no Senegal. *Testa. Ar condicionado* 3:731036. doi: 10.3389/fclim.2021.731036
 19. Haysom, G., Crush, J. & Caesar, M. (2017). The Urban Food System of Cape Town, South Africa (rep., pp. i-65). Waterloo, ON: Hungry Cities Partnership. Hungry Cities Report, No. Acessado em "[No. 03: The Urban Food System of Cape Town, South Africa](#)" by Gareth Haysom, Jonathan Crush et al. ([wlu.ca](#)) aos 3 de Maio de 2022.
 20. Hoffmann, R. Determinantes da insegurança alimentar no Brasil: análise dos dados da PNAD de 2004. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 15, n. 01, p. 49-61, 2008.
 21. INE, Indicadores básicos de agricultura e alimentação 2017-2021
 22. INE, IOF 2014/15
 23. INE (2010). Projeções Anuais da População Total, Urbana e Rural dos Distritos da Cidade de Maputo 2017 - 2050.
 24. Instituto de Pesquisa econômica aplicada (IPEA), Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH) e Ministério das Relações Exteriores (MRE). A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação no Brasil. Documento elaborado para a

visita ao Brasil do relator especial da Comissão de direitos humanos da ONU sobre direito à alimentação. Brasília, março de 2002.

25. IVAIRS (2016), *A dura seca em Moçambique*, disponível em <https://ivairs.wordpress.com/2016/01/10/a-dura-seca-em-mocambique/>, consultado no dia 20 de Julho de 2022.
26. Loli, D. A., Lima, R. de S., & Silochi, R. M. H. Q. (2019). Mulheres em contextos rurais e Segurança Alimentar e Nutricional. *Segurança Alimentar E Nutricional*, 27, e020008. <https://doi.org/10.20396/san.v27i0.8656151>
27. Maloa, J., (2016) “A Urbanização moçambicana: uma proposta de interpretação”, Tese de Doutorado em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas do Departament de Geografia, Universidade de São Paulo. Brasil
28. Maluf, R. & Menezes, F., (2001) Caderno Segurança Alimentar. Foundation Charles Leopold Mayerpourle Progrés de L’Homme. Rede Agriculturas Campesinas, Sociedades y Globalización (APM)
29. Maxwell, S. & Smith, M., (1992). Household food security: a conceptual review. In: Maxwell S. Frankenberg T., editors. Household food security : concepts, indicators, and measurements: a technical review. New York and Rome: UNICEF and IFAD, 1992
30. McCordic C, Riley L. & Raimundo I. (2021): Household food security in Maputo: the role of Gendered Access to education and employment, Development Southern Africa, DOI: 10.1080/0376835X.2021.1932423
31. McCordic, C.; Frayne, B.; Sunu, N.; Williamson, C. Segurança Alimentar Doméstica Implicações da interrupção do acesso a serviços básicos em cinco cidades do Sul Global. *Terra* 2022, 11, 654. <https://doi.org/10.3390/terra11050654>
32. Muthayya S, Rah JH, Sugimoto JD, Roos FF, Kraemer K, et al. (2013) The Global Hidden Hunger Indices and Maps: An Advocacy Tool for Action. *PLOS ONE* 8(6): e67860. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0067860>
33. Omuemu VO, Otasowie EM, Onyiriuka U. Prevalence of food insecurity in Egor local government area of Edo State, Nigeria. *Ann Afr Med* 2012; 11:139-45.
34. PAM e FAO. 2022. Pontos de Fome. Alertas precoces da FAO-PMA sobre insegurança alimentar aguda: Perspectiva de junho a setembro de 2022. Roma.
35. Pinto, J., (2013) & Forjaz, A. (ed). Manual: Segurança Alimentar e Nutricional. Programa de Formação Avançada para ANEs-Formações Temáticas

36. Rose D. Economic determinants and dietary consequences of food insecurity in the United States. J. Nutr. 1999; 129: 517S-520S. Acesso em <https://academic.oup.com/jn/article/129/2/517S/4731684> a 30 de Março de 2023.
37. Robertset B. 2022. The Dynamics Of Systems Of Secondary Cities In Africa: Urbanisation, Migration And Development. Disponível em: https://www.afdb.org/sites/default/files/2022/05/16/the_dynamics_of_systems_of_secondary_cities_in_africa_urbanisation_migration_and_development_-_2022.pdf acesso a 30 de Dezembro de 2022
38. Ruel MT. Is dietary diversity an indicator of food security or dietary quality? A review of measurement issues and research needs. Food Nutr. Bull 2003; 242:231-32.\
39. Sachs, Jeffrey (2005). O Fim da Pobreza: como consegui-lo na nossa geração. Casa das Letras. Lisboa
40. Scaramozzino, Pasquale, 2006. "**Measuring vulnerability to food insecurity**," ESA Working Papers 289055, Food and Agriculture Organization of the United Nations, Agricultural Development Economics Division (ESA). Acesso no dia 20 de março de 2023 em: https://www.researchgate.net/publication/5021774_Measuring_Vulnerability_to_Food_Insecurity/link/53ecd1f70cf26b9b7dbfe7da/download
41. Segall-Corrêa AM, Perez-Escamilla R, Maranhã LK, Sampaio MFA, Marin-Leon L, Panigassi G. Acompanhamento e avaliação da segurança alimentar de famílias brasileiras: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação. Relatório técnico. Ministério da Saúde/OPAS, março de 2023. Disponível em: http://www.opas.org.br/sistema/arquivos/vru_unic.pdf. Acesso em 18 de Dezembro de 2022.
42. Smith, Dan. Delgado, Caroline (2021), *Índice Global da Fome: Fome e Sistemas Alimentares em Cenários de Conflito*, Edição Ajuda em Acção, Socialco Gráfica, Portugal.
43. Valente FLS. Do combate à fome à segurança alimentar e nutricional: o direito à alimentação adequada. In: Valente FLS. O direito humano à alimentação: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez, 2002. p. 37-70.
44. Vilas Boas, L. G. A ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (EBIA) E AS PRINCIPAIS CONDICIONANTES DA (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL. *Geoconexões*, [S. l.], v. 1, n. 15, p. 114–134, 2023. DOI: 10.15628/geoconexes.2023.14258. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/geoconexoes/article/view/14258>. Acesso em: 13 ago. 2023.

45. _____. (2019). *Relatório da Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional Pós choque em Moçambique*, Moçambique.
46. _____. (2020). *Relatório da Avaliação Remota (mVAM) de Segurança Alimentar e Nutricional, Setembro 2020*, Moçambique.
47. _____. (2021). *Avaliação de Segurança Alimentar e Nutricional Pós colheita 2021*, Moçambique.
48. Urban Livelihoods and Food and Nutrition Security in Greater Accra, Ghana - Google Livros

ANEXOS

Consentimento informado

Meu nome é Célia Marília da Conceição e gostaria de conversar com a(o) senhora (Sr.) sobre uma pesquisa que estamos a levar a cabo, como trabalho de final de curso em Mestrado em População e Desenvolvimento, pela UEM. Esta pesquisa é sobre a segurança alimentar das famílias e o modo como elas lidam com a questão dos alimentos. Ela não está ligada a nenhum programa de alimentação ou serviço de saúde. A(O) senhora (Sr.) não é obrigada(o) a participar da pesquisa e se não participar isto não lhe trará prejuízos. A(O) senhora (Sr.) poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento e por qualquer motivo. Porém, se a(o) senhora (Sr.) aceitar ser entrevistada(o) vai nos ajudar a entender melhor esta questão da alimentação nas famílias nas cidades. Nós garantimos a confidencialidade dos seus dados e apenas os pesquisadores terão conhecimento do que a(o) senhora(sr) nos disser. Agora que todas as suas dúvidas foram esclarecidas, agradeço a sua atenção e colaboração.

AUTORIZAÇÃO

Eu _____, concordo em participar da pesquisa “a percepção da segurança alimentar nos agregados familiares da Cidade da Maxixe.”

Maxixe, _____ de _____ de 2023.

Assinatura da(o) entrevistada(o) Assinatura do entrevistador

SECÇÃO 1. CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS

Inquiridor: Agora gostaria de ter algumas informações das pessoas que habitualmente vivem neste Agregado Familiar

N/0	Moradores habituais	Relação de parentesco com o chefe do AF	Sexo	Idade	Ocupação	Rendimento
	Por favor, diga-me os nomes das pessoas que vivem habitualmente neste AF	Qual é a relação de parentesco entre o (NOME) e o chefe do AF?	O (NOME) é homem ou mulher?	Quantos anos completos tem (NOME)?	Trabalho que realiza (Para pessoas de 15 e mais anos)	Diga todo o rendimento obtido regularmente ao longo do mês
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						

Códigos da p. 2: relação de parentesco com o chefe do AF

- 01. chefe
- 02. marido/esposa
- 03. Filho(a) biológico
- 04. Pai / mãe
- 05. Irmão/irmã
- 06. Neto/neta
- 07. Sogro / sogra
- 08. Genro/nora
- 09. Filho adoptivo(a)/enteado(a)
- 10. outro parentesco
- 11. Sem parentesco
- 99. Não sabe

Códigos da p. 3: Sexo

1- H 2-M

SECÇÃO 2. EDUCAÇÃO				
PARA PESSOAS DE 3 ANOS E MAIS				
(NOME) sabe ler e escrever	(NOME), alguma vez frequentou escola	Porque razão nunca frequentou escola	Qual foi o nível mais elevado que o (NOME) frequentou? Qual e a classe/ano mais elevado que o (NOME) completou nesse nível?	Qual é o nível de ensino mais elevado que completou?
(8)	(9)	(9A)	(10)	10A
S N NS 1 2 8	SIM NÃO 1 2 P10 ←	→ 11	NÍVEL 	CLASSE/ANO
1 2 8	1 2 P10 ←	→ 11		
1 2 8	1 2 P10 ←	→ 11		
1 2 8	1 2 P10 ←	→ 11		
1 2 8	1 2 P10 ←	→ 11		
1 2 8	1 2 P10 ←	→ 11		
1 2 8	1 2 P10 ←	→ 11		
1 2 8	1 2 P10 ←	→ 11		
1 2 8	1 2 P10 ←	→ 11		
1 2 8	1 2 P10 ←	→ 11		
1 2 8	1 2 P10 ←	→ 11		

Códigos para p.9a

01 = falta de vagas
02 = a escola fica muito distante (não há escola)
03 =é muito cara (taxas, transporte, uniforme)
04 =é muito novo
05 =é demasiado velho para ir a escola
06 = trabalha (casa ou serviço)
07=serviço militar
08= doença/lesão
09 = de nada serve/falta de interesse
10 = casou-se
11 = gravidez
12= novas responsabilidades no af(por
morte ou doença do chefe do af)
13 =não era seguro ir a escola(rapto)
96 = outras

Classe/ano

00=nenhuma classe
99= não sabe

Códigos para p.10**Nível de educação**

01 . Pré-escolar
02 . Alfabetização
03 . Primário ep1
04 . Primário ep2
05 . Secundário esg1
06 . Secundário esg2
07 . Técnico elementar
08 . Técnico básico
09 . Técnico médio
10 . For. De professores primários
11 . Bacharelato
12 . Licenciatura
13 . Mestrado
14 . Doutorado/phd
99 . Não sabe

**Codigos para a p. 10anível de
educação completado**

00 . Nenhum
01 . Pré-escolar
02 . Alfabetização
03 . Primário EP1
04 . Primário EP2
05 . Secundário ESG1
06 . Secundário ESG2
07 . Técnico elementar
08 . Técnico básico
09 . Técnico médio
10 . For. de professores primários
11 . Bacharelato
12 . Licenciatura
13 . Mestrado
14 . Doutorado/PHD
99 . Não sabe

SEÇÃO 3. EXPERIÊNCIA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR

Agora vou ler para a(o) Sra.(Sr.) algumas perguntas sobre a alimentação em sua casa. Elas podem ser parecidas umas com as outras, mas é importante que a Sra.(Sr.) responda todas elas.			
Questões 11-49 (ESTAS PERGUNTAS DEVERÃO SER FEITAS EM TODOS OS DOMICÍLIOS. O ENTREVISTADOR DEVE NOMEAR OS ÚLTIMOS 3 MESES PARA CONTEXTUALIZAR MELHOR O ENTREVISTADO).			
No	PERGUNTAS E FILTROS	CÓDIGO DAS CATEGORIAS <i>SE NAO, NAO SABE PULAR PARA A QUESTAO SEGUINTE</i>	FREQUENCIA
11	O sr(a), ou outro membro deste agregado familiar, teve preocupação de não ter comida suficiente por falta de dinheiro ou outros meios?	SIM NÃO NÃO SABE	1 Em quase todos os dias 2. Em apenas 1 ou 2 dias 3.Não sabe ou recusa responder
12	Ainda pensando nos últimos 3 MESES, alguma vez o sr(a), ou outro membro deste agregado familiar, não conseguiu ter uma alimentação saudável e nutritiva por falta de dinheiro ou outros meios?	SIM NÃO NÃO SABE	1 Em quase todos os dias 2. Em apenas 1 ou 2 dias 3.Não sabe ou recusa responder
13	Nos últimos 3 MESES, a comida acabou antes que o Sr(a), tivesse dinheiro para comprar mais?	SIM NÃO NÃO SABE	1 Em quase todos os dias 2. Em apenas 1 ou 2 dias 3.Não sabe ou recusa responder
CASO HAJA MENORES DE 18 ANOS NO AF, PERGUNTAR Q14, Q15, Q16, CASO CONTRÁRIO SALTAR PARA Q17			
14	Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) teve que se arranjar com apenas alguns alimentos para alimentar sua(s) criança(s)/adolescente(s) porque o dinheiro acabou?	SIM NÃO NÃO SABE	1 Em quase todos os dias 2. Em apenas 1 ou 2 dias 3.Não sabe ou recusa responder
15	Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) não pode oferecer a(s) sua(s) criança(s)/adolescente(s) uma alimentação saudável e variada porque não tinha dinheiro?	SIM NÃO NÃO SABE	1 Em quase todos os dias 2. Em apenas 1 ou 2 dias 3.Não sabe ou recusa responder
16	Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) ou algum adulto em sua casa diminuiu, alguma vez, a quantidade de alimentos nas refeições ou pularam refeições, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?	SIM NÃO NÃO SABE	1 Em quase todos os dias 2. Em apenas 1 ou 2 dias 3.Não sabe ou recusa responder
17	O sr(a), ou outro membro deste agregado familiar, deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro ou outros meios para obter comida?	SIM NÃO NÃO SABE	1 Em quase todos os dias 2. Em apenas 1 ou 2 dias 3.Não sabe ou recusa responder
18	Ainda pensando nos últimos 12 MESES, alguma vez o sr(a), ou outro membro deste agregado familiar, comeu menos do que achou que devia, por falta de dinheiro ou outros meios?	SIM NÃO NÃO SABE	1 Em quase todos os dias 2. Em apenas 1 ou 2 dias 3.Não sabe ou recusa responder
19	O sr(a), ou outro membro deste agregado familiar, sentiu fome, mas não comeu, porque não tinha dinheiro ou outros meios para obter comida?	SIM NÃO NÃO SABE	1 Em quase todos os dias 2. Em apenas 1 ou 2 dias 3.Não sabe ou recusa responder
20	O Sr(a), ou outro membro deste agregado familiar, ficou um dia inteiro sem comer por falta de dinheiro ou outros meios?	SIM NÃO NÃO SABE	1 Em quase todos os dias 2. Em apenas 1 ou 2 dias 3.Não sabe ou recusa responder
CASO HAJA MENORES DE 18 ANOS NA CASA, FAZER A PERGUNTA 21, CASO CONTRÁRIO, PaASSAR PARA O MÓDULO SEGUINTE(PERGUNTA 24)			
21	Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) alguma vez diminuiu a quantidade de alimentos das refeições de sua(s) criança(s)/adolescente(s), porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?	SIM NÃO NÃO SABE	1 Em quase todos os dias 2. Em apenas 1 ou 2 dias 3.Não sabe ou recusa responder
22	Nos últimos 3 meses, alguma vez a(o) Sra.(Sr.) teve de pular uma refeição da(s) sua(s) criança(s)/adolescente(s) porque não havia dinheiro para comprar a comida?	SIM NÃO NÃO SABE	1 Em quase todos os dias 2. Em apenas 1 ou 2 dias 3.Não sabe ou recusa responder
23	Nos últimos 3 meses, sua(s) criança(s)/adolescente(s) ficou(ficaram) sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar a comida?	SIM NÃO NÃO SABE	1 Em quase todos os dias 2. Em apenas 1 ou 2 dias 3.Não sabe ou recusa responder

SECÇÃO 3. EXPERIÊNCIA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR

Agora, gostaria de fazer algumas perguntas sobre a sua alimentação. Nos últimos 7 DIAS, alguma vez:																															
No	PERGUNTAS E FILTROS	NR DE DIAS	Como/ONDE foram adquiridos os alimentos?																												
24	Nos últimos 7 dias, quantos dias o seu AF comeu Cereais: Milho em grão, farinha de milho, mexoeira, mapira, arroz, trigo, bolos e papas feitos com estes cereais, pão, massa spaghetti, bolachas...																														
25	Nos últimos 7 dias, quantos dias o seu AF comeu Raízes e tubérculos: Mandioca fresca, mandioca seca, bata doce, inhame, batata reno, outras raízes e tubérculos																														
26	Nos últimos 7 dias, quantos dias o seu AF comeu Leguminosas: Feijões, ervilha, lentilha, Soja, Amendoim, castanha de caju, pratos feitos com estes produtos																														
27	Nos últimos 7 dias, quantos dias o seu AF comeu Vegetais: couve, repolho, quiabo, moringa, espinafre, folhas de (mandioca, Feijão nhemba, cacana, abobora, batata doce), feijão verde, tomate, cenoura, pimenta, abóbora, beringela etc.																														
28	Nos últimos 7 dias, quantos dias o seu AF comeu Frutas: maçã, pêra, goiaba, ananás, frutos silvestres, melão, melancia, banana, laranja e limão, abacate, Manga, papaia, pêssego, damasco, etc.																														
29	Nos últimos 7 dias, quantos dias o seu AF comeu Carne, peixes e ovos:																														
30	Nos últimos 7 dias, quantos dias o seu AF comeu Lactínicos: leite, queijo, iogurte.																														
31	Nos últimos 7 dias, quantos dias o seu AF comeu Óleos e Gorduras/manteiga/margarina/banha																														
32	Nos últimos 7 dias, quantos dias o seu AF comeu Açúcar e/ ou mel, cana-de-açúcar																														
33 Qual delas é mais parecida com o que aconteceu na sua família nos últimos três meses. OBS: ASSINALAR APENAS UMA OPÇÃO [1] A alimentação foi variada e tinha as comidas da preferência da família em quantidade suficiente {pular p/ 36} [2] A comida foi suficiente, mas nem sempre tinha variedade {pular para 34} [3] Algumas vezes não tinha o suficiente para comer {pular para 34} [4] Frequentemente não tinha o suficiente para comer {pular para 34} [9] Não Sabe ou recusa responder (MARQUE RESPOSTA ESPONTÂNEA) {pular para 36}																															
34 Gostaria que me dissesse se algumas destas razões são os motivos pelos quais a(o) Sra.(Sr.) não tem a variedade de alimentos que gostaria de comer. <table border="1"> <thead> <tr> <th>sim</th> <th>Nao</th> <th>N sabe</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Faltou dinheiro para a comida</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Faltou variedade de sua preferência no mercado</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>É muito difícil chegar até a feira, mercado ou armazém</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>A produção de alimentos na machamba nao foi suficiente para o sustento</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Estou/estamos em dieta especial</td> </tr> </tbody> </table>				sim	Nao	N sabe					Faltou dinheiro para a comida				Faltou variedade de sua preferência no mercado				É muito difícil chegar até a feira, mercado ou armazém				A produção de alimentos na machamba nao foi suficiente para o sustento				Estou/estamos em dieta especial				
sim	Nao	N sabe																													
			Faltou dinheiro para a comida																												
			Faltou variedade de sua preferência no mercado																												
			É muito difícil chegar até a feira, mercado ou armazém																												
			A produção de alimentos na machamba nao foi suficiente para o sustento																												
			Estou/estamos em dieta especial																												
Gostaria que me dissesse se algo semelhante aconteceu na sua família nos últimos 3 meses.(para não ter a quantidade de 35 alimentos desejada.) <table border="1"> <thead> <tr> <th>sim</th> <th>Nao</th> <th>N sabe</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Faltou dinheiro para comprar a comida</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Faltou água para cozinhar</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Faltou variedade de sua preferência no mercado</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>É muito difícil chegar até a feira, mercado ou armazém</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>A produção de alimentos na machamba nao foi suficiente para o sustento</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Estou/estamos em dieta especial</td> </tr> </tbody> </table>				sim	Nao	N sabe					Faltou dinheiro para comprar a comida				Faltou água para cozinhar				Faltou variedade de sua preferência no mercado				É muito difícil chegar até a feira, mercado ou armazém				A produção de alimentos na machamba nao foi suficiente para o sustento				Estou/estamos em dieta especial
sim	Nao	N sabe																													
			Faltou dinheiro para comprar a comida																												
			Faltou água para cozinhar																												
			Faltou variedade de sua preferência no mercado																												
			É muito difícil chegar até a feira, mercado ou armazém																												
			A produção de alimentos na machamba nao foi suficiente para o sustento																												
			Estou/estamos em dieta especial																												

SECÇÃO 3. EXPERIÊNCIA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR

Agora, gostaria de fazer algumas perguntas sobre a sua alimentação. Nos últimos 30 DIAS, alguma vez:			
No	PERGUNTAS E FILTROS	CÓDIGO DAS CATEGORIAS	
36	Durante os últimos 30 dias Todo o agregado familiar teve que migrar para outras áreas	SIM.....	1
		NÃO.....	2
37	Durante os últimos 30 dias, alguém em seu agregado familiar vendeu bens domésticos ou pessoais .Tais como: rádio, telemóveis, televisão, joias, etc?	SIM.....	1
		NÃO.....	2
38	Durante os últimos 30 dias, alguém em seu agregado familiar Teve que vender bens produtivos:Ferramentas de trabalho agrícola e não agrícola?	SIM.....	1
		NÃO.....	2
39	Durante os últimos 30 dias, alguém em seu agregado familiar Teve que vender ou arrendar terreno?	SIM.....	1
		NÃO.....	2
40	Durante os últimos 30 dias, alguém em seu agregado familiar Teve que pedir dinheiro emprestado?	SIM.....	1
		NÃO.....	2
41	Durante os últimos 30 dias, alguém em seu agregado familiar Teve que gastar as reservas/economias?	SIM.....	1
		NÃO.....	2
42	Durante os últimos 30 dias, alguém em seu agregado familiar Consumiu sementes que eram para a época seguinte?	SIM.....	1
		NÃO.....	2
43	Durante os últimos 30 dias, alguém em seu agregado familiar teve que tirar as crianças da escola?	SIM.....	1
		NÃO.....	2
44	Durante os últimos 30 dias, alguém em seu agregado família Teve que vender últimos animais fêmeas	SIM.....	1
		NÃO.....	2
45	Durante os últimos 30 dias, alguém em seu agregado família pediu comida emprestado ou comprar comida a crédito?	SIM.....	1
		NÃO.....	2
46	Nos últimos 30 dias Houve falta de comida no seu AF devido a falta de recursos para adquirir comida?	SIM.....	1
		NÃO.....	2
47	Quantos dias houve falta de comida no seu AF nos últimos 30 dias	1.Raramente(1 a 2 dias)	1
		2.Algumas vezes(3 a 10 dias)	2
		3.Frequentemente (mais de 10 dias)	3
48	Nos últimos 30 dias,você ou algum membro do seu AF dormiu com fome/sem comer por falta de comida?	SIM.....	1
		NÃO.....	2
49	Quantos dias dormiu sem comer no seu AF nos últimos 30 dias	1.Raramente(1 a 2 dias)	1
		2.Algumas vezes(3 a 10 dias)	2
		3.Frequentemente (mais de 10 dias)	3

SECÇÃO 4. CARACTERÍSTICAS E CONDIÇÕES DA HABITAÇÃO

No	PERGUNTAS E FILTROS	CÓDIGO DAS CATEGORIAS	PASSE A
50	Qual é a principal fonte de abastecimento de água usada para beber pelos membros deste agregado familiar?	ÁGUA CANALIZADA DENTRO DE CASA..... 01 → ÁGUA CANALIZADA FORA DE CASA /QUINTAL 02 → ÁGUA CANALIZADA NA CASA DO VIZINHO 03 ÁGUA DO FONTANÁRIO/TORNEIRA PÚBLICA..... 04 ÁGUA DO FURO/POÇO COM BOMBA MANUAL05 ÁGUA DO POÇO PROTEGIDO SEM BOMBA MANUAL.... 06 ÁGUA DO POÇO NÃO PROTEGIDO 07 ÁGUA DE NASCENTES 08 ÁGUA DE SUPERFÍCIE (DO RIO, LAGO, LAGOA)..... 09 ÁGUA DE CHUVA 10 ÁGUA DA CISTERNA(OU TANQUE MÓVEL OU CAMIÃO 11 ÁGUA MINERAL/ ENGARRAFADA..... 12 → OUTRA (especifique) 96	P52 P52 P54
51	Qual é a distância que percorre da sua casa até a fonte onde tira água para beber e quanto tempo leva a pé para chegar lá tirar água e voltar?	NO PRÓPRIO LOCAL 9 METROS MINUTOS	
52	O que acha da qualidade da água que o seu agregado familiar consome? (ADMITE RESPOSTAS MÚLTIPLAS)	ÁGUA DOCE.....A ÁGUA SALOBRA.....B TEM SABOR DE FERROC TEM SABOR AMARGO.....D ÁGUA É TURVA.....E TEM MAU CHEIROF CONTAMINAÇÃO POR ANIMAIS.....G CONTAMINAÇÃO POR PLANTAS.....H OUTRO (especifique)X	
53	Quanto tempo em minutos percorre a pé da sua casa até à(ao) ... mais próximo(a). SE NA P33 RESPONDEU A OPÇÃO "01" OU "02", DIGITE "000" NA CATEG. A. SE NA P33 RESPONDEU A OPÇÃO "12", DIGITE "000" NA CATEGORIA A. SE NA P34 RESPONDEU "NO PRÓPRIO LOCAL" DIGITE "000" NA CATEG. D.	A. Fonte de água para beber B. Mercado/loja de alimentos C. Paragem de transporte D. Escola primária E. Unidade sanitária F. Posto policial	
54	Onde é que os membros do seu agregado familiar fazem as necessidades maiores? INQ. CASO A RESPOSTA SEJA "LATRINA", PEÇA PARA VER.	RETRETE COM AUTOCLISMO DENTRO DE CASA..... 01 RETRETE COM AUTOCLISMO FORA DE CASA..... 02 RETRETE SEM AUTOCLISMO 03 LATRINA MELHORADA..... 04 LATRINA TRADICIONAL MELHORADA..... 05 LATRINA NÃO MELHORADA..... 06 SEM RETRERE/LATRINA..... 07	
55	A casa de banho é partilhada pelos membros de outros agregados familiares?	SIM..... 1 NÃO.....	P57
56	Quantos agregados familiares partilha esta casa de banho?	NO. DE AGREGADOS FAMILIARES, SE MENOR DE 10 10 AGREGADOS FAMILIARES OU MAIS95 NÃO SABE98	
57	Qual é a principal fonte de energia ou combustível que o agregado familiar usa para cozinhar?	ELECTRICIDADE 01 GÁS 02 PETROLEO/PARAFINA/QUEROSENE 03 CARVÃO VEGETAL 04 CARVÃO MINERAL 05 LENHA 06 FEZES DE ANIMAIS 07 OUTRA (especifique) 96	
58	Qual é a principal fonte de energia ou combustível que o agregado familiar usa para iluminação?	ELECTRICIDADE DE REDE PÚBLICA..... 01 GERADOR/PLACA SOLAR..... 02 GÁS 03 PETROLEO/PARAFINA/QUEROSENE 04 VELA 05 BATERIA..... 06 PILHA..... 07 LENHA 08 OUTRA (especifique) 96	
59	A quem pertence a habitação onde vive o agregado familiar?	PRÓPRIA 1 ARRENDADA 2 CEDIDA 3	

SECÇÃO 4. CARACTERÍSTICAS E CONDIÇÕES DA HABITAÇÃO

No	PERGUNTAS E FILTROS	CÓDIGO DAS CATEGORIAS
60	Se a casa é própria diga como a conseguiu?	AUTO CONSTRUÇÃO 1 COMPRADA DO APIE 2 COMPRADA A OUTROS 3 HERANÇA 4 OUTRA (especifique) 6
61	Quantas divisões tem esta casa? (NB: Incluindo a sala e excluindo a cozinha e casa de banho)	NÚMERO DE DIVISÕES.....
61a	Destas divisões quantas usam para dormir?	QUARTOS/DIVISÕES PARA DORMIR.....
62	Qual é o material principal usado na cobertura/telhado da casa?	LAJE DE BETÃO 1 TELHA 2 CHAPAS DE LUSALITE 3 CHAPAS DE ZINCO 4 CAPIM/COLMO/PALMEIRA 5 OUTRO (especifique) 6
63	Qual é o material principal usado nas paredes?	ADOBE/BLOCO DE ADOBE.....01 BLOCO DE CIMENTO.....02 BLOCO DE TIJOLO.....03 PAUS Maticados (PAU A PIQUE).....04 MADEIRA/ZINCO05 BAMBU/CANIÇO/PALMEIRAS/PAUS06 LATA/CARTÃO/PAPEL/SACO.....07 OUTRO (especifique)96
50	Qual é o material principal usado na construção do piso?	MADEIRA/PARQUET01 MÁRMORE/GRANITO02 CIMENTO.....03 MOSÁICO/TIJOLEIRA04 ADOBE(TERRA BATIDA).....05 SEM NADA.....06 OUTRO (especifique)96

SECÇÃO 5. POBREZA

No	PERGUNTAS E FILTROS	CÓDIGO DAS CATEGORIAS	
01	Quantas refeições o agregado familiar teve ontem?	NENHUMA.....	1
		UMA.....	2
		DUAS.....	3
		TRÊS OU MAIS.....	4
02	Durante o último mês, este AF teve uma alimentação:	Menos adequada.....	1
		Adequada.....	2
		Mais que adequada	3
03	Como é que compara a situação económica do agregado familiar em relação a um ano atrás?	MUITO PIOR AGORA.....	1
		PIOR AGORA.....	2
		ESTÁ NA MESMA.....	3
		POUCO MELHOR AGORA.....	4
		MUITO MELHOR AGORA.....	5
		NÃO SABE.....	8
04	Nos últimos 12 meses, em que meses este AF teve problemas de alimentação por falta de dinheiro ou outros recursos? (ADMITE RESPOSTAS MÚLTIPLAS) 148	JANEIRO.....	A
		FEVEREIRO.....	B
		MARÇO.....	C
		ABRIL.....	D
		MAIO.....	E
		JUNHO.....	F
		JULHO.....	G
		AGOSTO.....	H
		SETEMBRO.....	I
		OUTUBRO.....	J
		NOVEMBRO.....	K
		DEZEMBRO.....	L
		NENHUM MÊS	M
5	Do total dos alimentos consumidos no AF, no ultimo mes, que percentagem foi?	1. Comprada 2. Produção propria/reservas alimentares 3. Doações	
6	Dos rendimentos totais ganhos no último mês, que percentagem gastou para a compra de alimentos?		
7	Seu AF se endividou nos ultimos meses?	SIM.....	1
		NÃO.....	2
8	Qual foi a causa do endividamento?	1. Compra de alimentos 2. Compra de insumos agricolas para a sementeira 3. Pagamento de renda 4. Enfermidades 5. Pagamento de credito(bancarios, etc) 6. Outro	

SECÇÃO 6. CALAMIDADES NATURAIS

No	PERGUNTAS E FILTROS	CÓDIGO DAS CATEGORIAS	PASSE A
01	Alguma vez ouviu falar sobre calamidades naturais?	SIM 1 NÃO 2 → P3	
02	Como é que recebe informações sobre potenciais riscos de calamidades naturais? [ADMITE RESPOSTAS MÚLTIPLAS] SE SELECIONA "L" OU "M" EXCLUI AS OUTRAS CATEGORIAS.	AUTORIDADES PROVINCIAIS..... A AUTORIDADES DISTRITAIS/MUNICIPAL..... B CHEFE DO POSTO/LOCAL..... C COMITÉ LOCAL DE GESTÃO DE CALAMIDADES..... D TELEFONE CELULAR..... E RÁDIO (qual). F TELEVISÃO G JORNAL H INTERNET..... I FAMILIARES/VIZINHOS..... J OUTRAS..... K OBSERVA APENAS QUANDO ACONTECEM..... L NÃO OBTEM QUALQUER INFORMAÇÃO..... M	
03	Nos últimos 12 meses, o seu agregado familiar teve perdas de alimentos, de bens e de rendimentos devido a: SE NÃO TEVE NENHUMA PERDA SELECIONE OPÇÃO 12 "NENHUMA" INDIQUE POR ORDEM DE IMPORTÂNCIA AS TRÊS PRINCIPAIS PERDAS	01. Seca/ Falta de chuvas..... ☐ 02. Chuvas em excesso/Cheias..... ☐ 03. Chuvas irregulares/Período chuvoso atrasado ou mais cedo..... ☐ 04. Tempestades/Ciclones..... ☐ 05. Epidemias de animais/Doenças..... ☐ 06. Queimadas descontroladas..... ☐ 07. Pragas e doenças em culturas agrícolas... ☐ 08. Doenças agudas (cólera, malária, diarreia)..... ☐ 09. Doenças crónicas (TB, HIV/SIDA, ASMA)..... ☐ 10. Morte de membros da família..... ☐ 11. Outros..... ☐ 12. Nenhuma..... ☐	
04	Alguma vez foi vítima de calamidades naturais?	SIM 1 NÃO 2 → P8	
05	Nos últimos 12 meses, quais das seguintes perdas directas o seu agregado familiar teve como resultado dos choques relacionados com as calamidades naturais? [ADMITE RESPOSTAS MÚLTIPLAS] SE NÃO TEVE NENHUMA PERDA SELECIONE A OPÇÃO "K"	Principais equipamentos agrícolas (Tractores, Sistemas de irrigação, etc): Montante Estimado A Pequenos equipamentos agrícolas (Ferramentas manuais, Receipientes de armazenamento, etc) Montante Estimado B Sementes: Montante Estimado C Fertilizantes/Pesticidas: Montante Estimado E Culturas: Montante Estimado Animais domésticos de pequeno porte (Patos, Galinhas, Galinhas do mato Porcos, Coelhos) F Animais domésticos de grande porte (Vacas, Burros, Etc) G Principais bens/Electrodomésticos (TV, Rádio, Geleira, Bicicleta e afins) Montante estimado H Pequenos bens domésticos (Utensílios de cozinha, roupas etc) Montante Estimado I Alimentos: Montante estimado J Não teve quaisquer Perdas K	

No	PERGUNTAS E FILTROS	CÓDIGO DAS CATEGORIAS	PASSE A
06	As calamidades naturais afectaram negativamente o seu agregado familiar em termos de: INDIQUE POR ORDEM DE IMPORTÂNCIA OS TRÊS PRINCIPAIS IMPACTOS	01. Acesso a escola..... ☐ 02. Acesso ao hospital..... ☐ 03. Acesso a agua potavel..... ☐ 04. Acesso ao saneamento seguro..... ☐ 05. Acesso aos documentos de registo de nascimento..... ☐ 06. Acesso a fontes de energia (Lenha, Carvao, Electricidade e outras)..... ☐ 07. Acesso aos meios de comunicacao (radio, telefones celulares TV e outras)..... ☐ 08. Capacidade de residir na mesma área..... ☐ 09. Capacidade de acesso aos alimentos..... ☐ 10. Capacidade de aceder aos mercados..... ☐ 11. Outros servicos essenciais..... ☐ 12. O AF não foi afectado..... ☐	P8
07	O que é que o AF fez para minimizar ou ponderar aos efeitos das calamidades naturais? [ADMITE RESPOSTAS MÚLTIPLAS]	PEDIR EMPRESTADO ALIMENTOS..... A COMPRAR ALIMENTOS A CRÉDITO..... B AUMENTAR O CONSUMO DE ALIMENTOS SILVESTRES..... C DIMINUIR A QUANTIDADE DE ALIMENTOS INGERIDOS..... D MUDAR O CONSUMO DE ALIMENTOS PARA OS MAIS BARATOS/MENOS PREFERIDOS..... E OS MEMBROS DO AF EMIGRARAM PARA PROCURAR TRABALHO (MAIS DE 6 MESES)..... F TIRAR AS CRIANÇAS DA ESCOLA..... G DIMINUIR OS GASTOS COM A EDUCAÇÃO..... H POR AS CRIANÇAS A TRABALHAR..... I DIMINUIR AS DESPESAS COM A SAÚDE..... J USAR AS POUPANÇAS/REDUZIR AS CONTRIBUIÇÕES COM XTIQUE..... K PEDIR EMPRESTADO DINHEIRO..... L VENDER OS BENS DE PRODUÇÃO (SEMENTES/FERRAMENTAS)..... M VENDER OS BENS DOMÉSTICOS..... N RECORRER AO SISTEMA DE GANHO-GANHO... O VENDER O TERRENO..... P DIVERSIFICAR OS MEIOS DE RENDIMENTO... Q MUDAR DE EMPREGO..... R MUDAR DE LOCAL DE RESIDÊNCIA: PARA ONDE..... S NÃO FEZ NADA..... U OUTROS..... X	
08	Quais das seguintes mudanças realizou nas práticas agrícolas nos últimos 12 meses: [ADMITE RESPOSTAS MÚLTIPLAS]	Introduziu novas culturas para diversificar a produção A Mudou a variedade de sementes para aumentar resistência e o rendimento B Atrasou a sementeira (Nº. de Dias)..... C Fez várias vezes a sementeira (Nº de Vezes)..... D Colheita antes da época..... E Aumentou as terras agrícolas..... F Diminuiu as terras agrícolas..... G Outra mudança..... H Não fez mudanças..... I Não tem machamba..... J	
9	Quais sao os principais choques que enfrentou na realizacao das suas actividades?	1. Seca 2. COVID-19 3. Falta de terras para o cultivo(ocupadas para habitação) 4. Período de defeso	

No	PERGUNTAS E FILTROS	CÓDIGO DAS CATEGORIAS	PASSE A
10	Em geral, como é que classifica o bem-estar do agregado familiar comparado a um ano normal (ex: um ano sem cheias, seca, e ciclone)?	PIOROU..... 01 MANTEVE-SE..... 02 MELHOROU..... 03 NÃO SABE..... 08	
11	O que o tornaria mais habilitado para enfrentar futuros choques? INDIQUE POR ORDEM DE IMPORTÂNCIA OS TRÊS PRINCIPAIS ASPECTOS QUE O TORNARIAM MAIS HABILITADO	01. AVISO ATEMPADO E MELHOR SOBRECONDIÇÕES METEORO LÓGICAS ADVERSAS..... 02. TREINAMENTO E APOIO PARA ACTIVIDADES DE GERAÇÃO DE RENDIMENTOS..... 03. MELHORES PROGRAMAS DE EXTENSÃO AGRÍCOLA..... 04. ACESSO AO TRABALHO REMUNERADO..... 05. MELHOR APOIO NA EVACUAÇÃO EM CASO DE DESASTRES..... 06. MELHORIA DO ACESSO A ÁGUA..... 07. ESTRADAS MELHORADAS..... 08. MELHORES SERVIÇOS DE SAÚDE..... 09. REFORÇO DA CAPACIDADE DAS ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS NA GESTÃO DE DESASTRES..... 10. ACESSO AO CRÉDITO..... 11. PROGRAMAS DE PROTECÇÃO SOCIAL (ex. do MIMAS...)..... 96. OUTROS.....	

SECÇÃO 7. Subsistência

No	PERGUNTAS E FILTROS	CÓDIGO DAS CATEGORIAS
1	Quais são as 3 principais fontes de subsistência(ordemar do mais importante ao menos importante)	
2	(Se uma das principais actividades for agricultura) quanto espaço tinha disponível para a pratica da mesma em 1998?	
3	Hoje, continua com o mesmo espaço?	SIM Aumentou Reduziu
4	Qual foi o impacto da urbanização, ocupação de espaços nas suas actividades de subsistência?	
5	(para AF, cujo algum membro seja emigrante)Como e que o AF vivia antes de alguns membros emigrarem?	
6	Algum membro do seu AF que seja economicamente activo(15 e mais anos) esta desempregado?	SIM NÃO
Códigos de fontes de rendimento 1=Produção própria(Agricultura/Criação de animais) 2.Pesca 3.Comércio 4. Função pública 5. Actividade não agricola 7. Trabalho assalariado permanente 8. Criação e vendas artesanais 9. Venda de alimentos 10.Remessas familiares 11. Construção(carpinteiro, pedreiro) 12.Doações 13 Outro.....		